

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC/CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE PPGEduC

CRISTIANE ANDRADES FERNANDES

PROCESSOS EDUCATIVOS DO ASSENTAMENTO FREI VANTUY: UM ESTUDO DE CASO

CRISTIANE ANDRADE FERNANDES

PROCESSOS EDUCATIVOS DO ASSENTAMENTO FREI VANTUY: UM ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa III — Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Profo Dro Antônio Dias Nascimento

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB Bibliotecária: Nanci Leopoldina Montero – CRB 5/505

F363 Fernandes, Cristiane de Andrade.

Processos educativos do Assentamento Frei Vantuy: um estudo de caso/ Cristiane de Andrade Fernandes - Salvador, 2015.

108f

Orientador Prof°. Dr°. Antônio Dias Nascimento.

Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado da Bahia Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade

Assentamento - Região Cacaueira - estudo de caso.
 Assentamento - Região Cacaueira - historia.
 Processo educativo.
 t.

CDD 305.56398142

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa dissertação para fins acadêmicos, desde que seja citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ASSENTAMENTO FREI VANTUY: UM **ESTUDO DE CASO**

CRISTIANE ANDRADE FERNANDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 29 de abril de 2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em Sociologia

The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra

Profa. Dra. Jeanes Martins Larchet Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Doutorado em Educação

Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil

Profa Dra, Tania Maria Hetkowski Universidade do Estado da Bahia - Uneb

Doutorado em Educação.

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Agradecimentos

A Deus, por me conceder nesta caminhada, em equilíbrio com a vida, com minha família e com minha docência.

À minha família, razão da minha caminhada de luta, ao meu esposo Ruiter, eterno incentivador e companheiro, aos meus filhos Fernanda e Albert pelo apoio e por acreditarem em mim.

Aos meus pais, minha querida mãe, companheira diária, me apoiando sempre, ao meu pai pelo amor, carinho e incentivo. Às minhas sobrinhas queridas, Mayara por compartilhar muitos momentos nesta pesquisa, Marina, Renato e Michele pelo carinho. Aos meus irmãos Juca e Roberto, e as minhas cunhadas Luciana e Geni, pela torcida de sempre. Agradeço a Marcelo Silva e à Jovane, sobrinhos, acolhidos da família, pelo apoio e incentivo, durante o mestrado.

Ao meu Orientador, prof^o Dr^o Antônio Dias Nascimento, pelo apoio, pelas reflexões construídas sobre o caminho da pesquisa e pela autonomia que me foi proporcionada.

À comunidade Frey Vantuy, representada por Mera Costa, Renilde Souza, Maisa Fontana, Marlene, Jose Oliveira e Edvaldo Rosemeire, pelos momentos de aprendizagem, nas rodas de conversas e acolhimento na comunidade.

Às colegas que me acolheram na UNEB, desde os primeiros momentos, em especial Arlete Vieira da Silva e Mariana Martins Meireles; e Kátia Guerreiro, amiga e companheira, com quem dividi alegrias, angústias e travessias Ilhéus-Salvador-BA. Às colegas do grupo de pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade, pelas constantes trocas de conhecimentos.

À companheira de vivências no mestrado Graziela Ninck D. Menezes, pelos momentos de incentivo; à Aline de Oliveira pelo apoio, e Jorge da Silva, pelas conversas filosóficas que muito me ensinaram, e a todos os colegas de mestrado de quem tenho saudades.

A todos os professores do PPGEduC –UNEB, em especial: Avelar Luiz Bastos Mutim, Eduardo José Fernandes Nunes, Tânia Maria Hetkowski, Jane Adriana V. P. Rios, Augusto César Rios Leiro e Luciano Costa Santos.

A Secretária Acadêmica do PPGEduC, pelo acolhimento e apoio, Sônia Lima, Srº Fernando e toda equipe administrativa; a Bibliotecária Hildete Santos Costa que me acompanhou e acolheu nesta trajetória.

Sonhar Mais um sonho impossível Lutar Quando é fácil ceder Vencer O inimigo invencível Negar Quando a regra é vender Sofrer A tortura implacável Romper A incabível prisão Voar Num limite improvável Tocar O inacessível chão É minha lei, é minha questão Virar esse mundo Cravar esse chão Não me importa saber Se é terrível demais Quantas guerras terei que vencer Por um pouco de paz E amanhã, se esse chão que eu beijei For meu leito e perdão Vou saber que valeu delirar E morrer de paixão E assim, seja lá como for Vai ter fim a infinita aflição E o mundo vai ver uma flor Brotar do impossível chão.

Composição: J. Darion/M.Leigh/Ruy Guerra

RESUMO

A presente pesquisa apresentada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC - da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, tem como o lócus o Assentamento Frei Vantuy, localizado na Rodovia Ilhéus-Itabuna, da região cacaueira, no Sul da Bahia. A terra foi ocupada por assentados, e negociada com o dono da Fazenda Dom Bosco II, pelo INCRA, para fins de Reforma Agrária. O questionamento desencadeador da pesquisa foi: Como se desenvolve o processo educativo no contexto do Assentamento Frei Vantuy? Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi: analisar os processos educativos e as aprendizagens construídas no Assentamento Frei Vantuy. Os objetivos específicos foram: investigar sobre o processo histórico da reforma agrária no contexto da região cacaueira do Assentamento; identificar as instituições que colaboraram na implantação e organização do Assentamento; analisar as implicações ocorridas com o processo educativo no desenvolvimento do Assentamento Frei Vantuy na região cacaueira, na relação das famílias com a terra, com o trabalho e a vivências dos assentados. A metodologia desenvolvida na pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso (ANDRÉ e LUDKE, 1996). No que se refere aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a entrevista semiestruturada; observação da vida cotidiana dos assentados, com registro no diário de campo, e análise documental das Atas da Associação do Assentamento. Este estudo deste caso revelou que a Comissão Pastoral da Terra, INCRA, COOPASB, WWF, MLT, PUC, diversas instituições, Câmaras, Universidade, Fóruns de diálogos e Movimentos Sociais da região, entre outros, tiveram um papel fundamental para a apreensão dos processos educativos existentes hoje no assentamento, seja no aspecto de gestão, da coletividade, do cuidado com o meio ambiente e da participação das mulheres. Embora o assentamento não se configure em um Movimento Social, ao longo de sua caminhada, nestes quinze anos de consolidação, agrega características de um movimento instituinte, durante o processo educativo, vivenciado nas aprendizagens contínuas, propiciando um agir coletivo com mais autonomia, consciência e desenvolvimento sustentável. Sendo assim, ainda que não se autodenominem como um Movimento Social, as atitudes coletivas demonstram a organização de um movimento social, quando lutam e se mobilizam por ações solidárias que determinam uma nova perspectiva societária para todos. A reunião dos associados é um exemplo desta iniciativa, pois o espaço é democrático, dinâmico e de grandes decisões coletivas, produz conhecimento em suas relações cotidianas, constituindo sua independência sociopolítica, econômica, ambiental e humana.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamento. Região cacaueira. Processo educativo. Coletivos.

ABSTRACT

This research presented in the Graduate Program in Education and Contemporary PPGEduC, State University of Bahia-UNEB, is the locus of the Settlement FreiVantuy, located on Highway Ilheus-Itabuna, the cocoa region in the South Bahia. The land was occupied by settlers, and negotiated with the owner of the farm Don Bosco II. and INCRA, for purposes of agrarian reform. The trigger questioning of the research was: How does the educational process in the context of settlement FreiVantuy? Thus, the general objective was: to analyze the educational processes and learning they acquired, which has ensured the organization of FreiVantuy settlement. Among the specific investigate on the historical process of agrarian reform in the context of cocoa region of the settlement; Identify the institutions that collaborated in the implementation and organization of the settlement; Analyze the implications that occurred with the educational process in the development of the settlement FreiVantuy in the cocoa region, the relation of families with the land, with the work and the experiences of the settlers. The methodology developed in this research is qualitative, type case study, based on (ANDRÉ and LUDKE, 1996). As methodological procedures used to semi-structured interviews, observation of everyday life of the settlers recorded in the diary, and documentary analysis of the Association of Settlement Minutes. Therefore, this study of this case revealed that the Pastoral Land Commission, INCRA, COOPASB, WWF, MLT, PUC, several institutions, chambers, University, dialogue forums and social movements in the region, among others played a key role in the seizure existing educational processes today in the settlement is in the aspect of management, the community, care about the environment and women's participation. Moreover, even the settlement not being directly represented by a Social Movement, his subjects built along their journey, these fifteen years of consolidation characteristics of a constituent movement during the educational process, continuous learning experienced in providing a collective act more autonomy, awareness and sustainable development. Although they do not call themselves as a Social Movement, however it has collective attitudes that demonstrate an organization of a social movement, when fighting and mobilize for solidarity actions that determine a new corporate perspective for everyone. The meeting of members is an example of this initiative, as space is democratic, dynamic and large collective decisions, produces knowledge in their daily relationships constituting its sociopolitical independence, economic, environmental and human.

Keywords: Agrarian reform. Settlement. Cocoa region. Education. Collective.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Apresentação da pesquisa à comunidade do Frei Vantuy	24
Figura 2: Momento da oficina no Assentamento	25
Figura 3: Visita ao lote individual de R	26
Figura 4: Reunião da Associação no Assentamento FreiVantuy	27
Figura 5: Mapa do Bahia -Ilhéus e Território Sul	31
Figura 6: Mapa de Ilhéus e Municípios confrontantes no Território Litoral Sul	32
Figura 7: Localização de Ilhéus e do assentamento Frei Vantuy	33
Figura 8: Agrovila no assentamento Frei Vantuy	35
Figura 9: População matriculada na zona rural de Ilhéus (2010)	35
Figura 10: Categoria do Processo Educativo	45
Figura 11: entrada do assentamento na BR 415	67
Figura 12: Reunião mensal da Associação	77
Figura 13: Escola do Assentamento Frei Vantuy	80
Figura 14: Fábrica de Agroaproveitamento Frei Vantuy (2009)	84
Figura 15: Participação do assentamento na feira agroecológica na UESC	86
Figura16: Assentada em seu lote individual	87
Figura 17: Mulheres trabalhando com o cacau na barcaça	89
Figura 18: Quintal de uma assentada, com seu pé de Pimenta do reino	92
Figura 19: Momentos de capacitação com a participação de lideranças feminina do	Frei
Vantuy	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil etário do assentamento	28
Tabela 2: Perfil religioso do assentamento	29
Tabela 3: Perfil por gênero do assentamento	29
Tabela 4: Informações sobre o assentamento Frei Vantuy no INCRA	34
Tabela 5: Área legal informada no PA do assentamento	34
Tabela 6: Informações sobre assentamentos no Território Litoral Sul, em Ilhéus –Bahia	60

LISTA DE SIGLAS

CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

COOPASB - Cooperativa dos Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da

Bahia LTDA

CPT - Comissão Pastoral da terra

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

DCIE - Departamento de Ciências da Educação

EFAS - Escolas Famílias Agrícolas

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JUPARÁ- Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MLT- Movimento de Luta pela Terra

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

NIS - Número de Identificação Social

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONERA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PPGEduC- Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

PBF- Programa Bolsa Família

PUC - Polo de Unidade Camponesa

RACAA-Sul – Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Não Assentados do Sul da

BA

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos

TOPA - Todos pela Alfabetização

WWF - Brasil Organização não-governamental Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O PERCURSO METODOLÓGICO	20
2.1 Caminhos da pesquisa	21
2.2 Contextualizando a pesquisa	30
2.3 Sujeitos da pesquisa	35
3 EDUCAÇÃO: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS	37
3.1 Educação e contemporaneidade	38
3.2 Educação: processos educativos	41
3.3 Educação do campo	45
4 REFORMA AGRÁRIA: BREVE CONTEXTO NA REGIÃO CACAUEIRA	52
4.1. Breves considerações sobre a Reforma Agrária na região cacaueira	53
4.2 Assentamento: cenários da região cacaueira	55
4.3 Movimentos sociais	61
5 OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO ASSENTAMENTO FREI VANTUY	66
5.1 Da fazenda Bom Gosto III a Assentamento Frei Vantuy hoje	67
5.2 Formação política: processos educativos na reforma agrária	72
5.3 Escola no assentamento Frei Vantuy	79
5.4 Organização para a sobrevivência e o coletivo	83
5.5 A relação com a terra e o cuidado com o meio ambiente	86
5.6 A organização feminina no assentamento	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O TECER DA TEIA	94
REFERÊNCIAS	100
ANEYOS	104

1 INTRODUÇÃO



O sol no quintal: Assentamento Frei Vantuy (2014).

Fonte: Acervo da pesquisadora

O Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade vem construindo, junto aos mestrandos e doutorandos, nos grupos de estudos e pesquisa, discussões e investigações sobre os processos educativos e os fenômenos implicados na relação *educação-gestão-desenvolvimento*, de modo especial na Linha 3, denominada: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, da qual faço parte. A referida linha de pesquisa aborda essas questões com ênfase nas problemáticas contemporâneas (PPGEduC, 2014).

No âmbito dessa linha, O Prof^o Dr^o Antônio Dias Nascimento coordena o grupo de estudos e pesquisas Educação do Campo e Contemporaneidade, espaço em que se realizam várias pesquisas relacionadas a diferentes temáticas, com ênfase na Educação do Campo, mas, compreendendo que as identidades campesinas não se encontram apenas na zona rural.

A educação vivenciada nos diferentes contextos sociais tem sido uma reflexão constante, tendo em vista a diversidade dos espaços e dos sujeitos partícipes do PPGEduC, inseridos em escolas, ONGs, lideranças em associações comunitárias nas periferias ou nos espaços do campo em assentamentos, nas universidades e, ainda, atuando como docentes. A perspectiva do programa é, justamente, discutir sobre a educação em diferentes contextos na

contemporaneidade, tendo como ponto chave as discussões em que esses sujeitos estejam inseridos em prol de uma educação mais humanizada, acolhedora e solidária.

Nesse sentido, na condição de alfabetizadora no Programa Brasil/Alfabetizado em uma periferia de Ilhéus, local de grande vulnerabilidade, pude participar de experiências educativas com pescadores e marisqueiras². Do mesmo modo, como professora da Educação de Jovens e Adultos - EJA - vivenciei angústias e alegrias, compartilhei muitas aprendizagens com estes sujeitos.

Aprendi a vivenciar alguns saberes, de homens e mulheres que vivem da pesca e da terra, morando em pequenos terrenos, nos quais plantam e colhem fruta-pão¹, aipim, graviola, como forma de subsistência e de geração de renda, em que o excedente das frutas e tubérculos são vendidos nas ruas. Nesse contexto, vi o processo de exclusão social instituído nas famílias, e me dediquei em tentar construir um espaço de autonomia com as marisqueiras, mulheres que buscam, no mangue, os mariscos para o sustento dos filhos e netos.

Ainda que a comunidade ribeirinha esteja localizada no espaço físico da cidade, sua configuração traz marcas identitárias de espaços rurais: no jeito de viver, falar, cuidar da natureza, e na forte relação com o manguezal: lugar do qual provêm o sustento e acontecem as vivências. O mangue, portanto, faz parte de suas vidas, não só por isso, mas também pela proximidade geográfica de suas casas: algumas improvisadas de madeira e outras de alvenaria.

Outra experiência educacional foi como orientadora pedagógica no atendimento a adolescentes infratores em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. Esta foi uma oportunidade ímpar em minha trajetória profissional, desafio que me proporcionou uma ampla reflexão na relação educativa com adolescentes que vivem em extrema vulnerabilidade, desde a tenra infância, carentes de referências, afeto, acesso a uma escola de qualidade, lazer, moradia, etc.

Muitos destes jovens foram criados nas ruas, espancados pelos pais, sem infância; outros foram cooptados pelos traficantes em suas próprias comunidades. Nesta experiência, recorri a vários estudiosos do assunto para me instrumentalizar de estratégias e conhecimentos para acolher e promover a dita reinserção dos adolescentes em suas próprias vidas e na sociedade.

Foi com o educador Antônio Carlos Gomes da Costa, através dos seus ensinamentos contido no livro: *Resiliência: Pedagogia da Presença (1995)*, que compreendi o que é ser

-

¹Os frutos são grandes, redondos como melões, e chegam a pesar 3 quilogramas. Sua casca é de cor verdeamarelada e sua polpa é amarelo-escura nas frutas de massa e amarronzada na variedade com sementes. As frutas de massa são ricas em amido, proteínas e vitaminas e podem ser consumidas cozidas, assadas, em doces ou até mesmo fritas. Ver: CALZAVARA, Batista Benito, Gabriel. **Fruticultura tropical: a fruta-pão** (Atocarp.saltilis (Park.) Fôsberg. Belém, EMBRAPA-CPATU, 1987.

presença para os adolescentes e como atuar no processo de medidas socioeducativas. Através da leitura do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas - SINASE - e do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, busquei me fortalecer para encontrar segurança e apoio, no sentido de promover o protagonismo juvenil, a autoestima e motivação. A perspectiva era que os jovens começassem a acreditar em si mesmo e iniciar uma nova trajetória, no término da medida.

Esta experiência foi muito importante para minha vida pessoal e para meu conhecimento como educadora. Com as aprendizagens construídas nessas vivências, consegui enxergar os meninos e meninas pobres de nossas escolas públicas relegados aos espaços simbólicos em um canto da sala de aula e os possíveis caminhos para chegar até eles.

Na Especialização em Educação e Relações Étnicorraciais, na UESC, um novo desafio se iniciou: a partir das leituras de outros estudiosos, a exemplo de Munanga (2005), fui também tecendo outros olhares sobre as etnias e sua história trágica no Brasil: índios e negros, sujeitos forjados pela história entrecortada dos livros didáticos, sujeitos das comunidades tradicionais hoje. Esta nova formação me propiciou aguçar o olhar sobre o víeis do estereótipo e do oprimido com maior entendimento, foi aí que me deparei com a Roda dos Expostos² e a realidade em que viveram crianças negras e pobres, por muito tempo em nossa sociedade, as quais foram tratadas como coisas.

Destas experiências, absorvi muitas aprendizagens e fui motivada a estudar mais sobre questões relacionadas aos conhecimentos e processos educativos construídos nos espaços que circulam a escola, porém, não estão dentro dela.

Minha implicação com a temática relacionada à Reforma Agrária e às questões educacionais nos assentamentos rurais articula-se ao período em que fui discente no Curso de Pedagogia³ na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, localizada no Sul da Bahia. Participei, durante um ano, como bolsista do Programa Nacional de Reforma Agrária-PRONERA, atuando na modalidade de ensino da EJA, no contexto da Alfabetização de Jovens e Adultos.

Neste programa conheci diversos acampamentos e assentamentos, através de visitas periódicas, exercendo a atividade de supervisão e acompanhamento das atividades

-

² [...] De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante - ou Rodeira - que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido MARCÍLIO, Maria Luiza (1998). Sobre Roda do exposto Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. História Social da Criança Abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

³ Minha formação inicial: Pedagogia, na Universidade Estadual de Santa Cruz, em 2004.

desenvolvidas nas salas de aula, no processo de alfabetização de assentados e acampados. Fui formadora dos alfabetizadores deste programa, sob a coordenação do Departamento de Ciências da Educação - DCIE, da UESC, aprendi e compartilhei diversas metodologias para o processo alfabetizador de assentados, os quais, embaixo de lonas improvisadas, buscavam se alfabetizar.

A participação nesta experiência foi de grande enriquecimento para minha formação acadêmica, principalmente por ter convivido com os movimentos sociais e instituições ligadas às questões da Reforma Agrária na região Sul de Ilhéus-Bahia, a saber: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia - FETAG, a Cooperativa dos Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia LTDA - COOPASB, o Polo de Unidade Camponesa- PUC, o Movimento de Luta pela Terra - MLT e Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais - JUPARÁ.

Observei, nestes espaços, algumas especificidades dos movimentos sociais: os aspectos de sua organização na dinâmica da vida dos assentados⁴ e a maneira como reivindicavam suas pautas. Como bolsista do Programa Nacional de Reforma Agrária - PRONERA, no Projeto de Alfabetização, fui construindo alguns saberes, através das leituras necessárias para as formações desenvolvidas no decorrer das ações e na observação da organização de lideranças, dos movimentos inseridos no Projeto.

Das aprendizagens que obtive, uma delas foi perceber a maneira como os movimentos sociais reivindicavam, através do posicionamento político das lideranças, por exemplo, um bom acolhimento aos participantes do Projeto pela instituição parceira; necessidade de ter espaços adequados para a permanência dos assentados e acampados, durante a estadia do curso; da carga horária das aulas, com períodos adequados a dinâmica dos participantes; do perfil do docente, para que estes compreendessem as dificuldades pedagógicas dos sujeitos alfabetizadores atuantes nos espaços do campo.

Após as vivências no Projeto de Alfabetização, no acompanhamento e avaliação, ministrei cursos e oficinas pedagógicas sobre alfabetização e letramento com os monitores das Escolas Famílias Agrícolas - EFAS, em Caculé e Riachão do Jacuípe- Bahia.

No espaço das Escolas Agrícolas, vivenciei a realidade de monitores das Escolas na Pedagogia da Alternância, desde o pedagógico até as questões político-educacionais. Algumas questões eram relatadas pelos monitores, no momento de formação continuada, entre elas: o

٠

⁴ Ver Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p. 110).

desafio e as dificuldades das associações e das cooperativas, parceiras constantes deste processo educacional, para manterem a escola funcionando em diversas regiões do nordeste.

Na condição de professora substituta no ensino superior, na Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, fomento diversas discussões sobre a educação no contexto local da região Sul de Ilhéus - BA, promovendo círculos de cultura em sala de aula, com vistas à reflexão sobre a trajetória de exclusão social da população local, seu contexto histórico-social, cultural, econômico e as consequências destes fatores na vida e no cotidiano da região cacaueira, principalmente no aspecto educacional.

Partindo destas reflexões, as quais emergem de diferentes contextos, não é possível dissociar os alunos do ensino fundamental dos estudantes de licenciatura, haja vista que esses sujeitos, no contexto da educação básica, compartilham de processos educativos, marcados por aspectos geográficos e identitários da região cacaueira, cenário desta pesquisa.

Refletir sobre a pesquisa e o sentido que esta faz no meu contexto pessoal e profissional tem sido uma importante conquista no contexto da minha formação no mestrado. Processo relevante não somente pelas reflexões teóricas durante as disciplinas, mas na função social que me identifico. A partir dessas vivências e reflexões, constitui o seguinte questionamento desta pesquisa: Como se desenvolve o processo educativo no contexto do Assentamento Frei Vantuy?

Nesse mesmo sentido, o objetivo geral da pesquisa foi: analisar os processos educativos e as aprendizagens que vem assegurando a organização do assentamento Frei Vantuy. Os objetivos específicos foram: investigar sobre o processo histórico da reforma agrária no contexto da região cacaueira do Assentamento; identificar as instituições que colaboraram na implantação e organização do Assentamento; analisar as implicações ocorridas com o processo educativo no desenvolvimento do Assentamento Frei Vantuy, na região cacaueira na relação das famílias com a terra, com o trabalho e as vivências dos assentados.

A metodologia escolhida para a pesquisa foi a abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, fundamentado em André e Ludke (1986, 2013).

A dissertação está organizada em quatro capítulos: No primeiro capítulo, trato do percurso metodológico, traçando a caminhada da pesquisa no Assentamento Frei Vantuy. Nesse sentido, descrevo os caminhos percorridos para a investigação sobre o processo educativo do Assentamento, situando o contexto da pesquisa e os sujeitos participantes.

No segundo capítulo, discorro sobre os conceitos e definições acerca da Educação, no contexto da contemporaneidade. Há uma relação entre as definições destas categorias ao contextualizá-las com o espaço da pesquisa e com algumas referências teóricas em torno das

seguintes temáticas: Educação e Contemporaneidade; Educação e Processos Educativos e Educação do Campo.

No terceiro capítulo, contextualizo e descrevo sobre a Reforma Agrária, os Movimentos Sociais e Assentamentos no cenário da região cacaueira.

No quarto capítulo, analiso os dados coletados e produzidos durante a pesquisa no contexto do Assentamento Frei Vantuy. Apresento e reflito sobre as vivências e os processos educativos de trabalhadores e trabalhadoras rurais inseridos no assentamento.

Nas considerações finais, teço ideias sobre os processos educativos observados no assentamento e na dinâmica de vida dos assentados.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

"Eu tenho a impressão que o melhor mestre de cada um de nós é cada um de nós." Então eu acho que se, de um lado, vale a pena fazer ouvir essa fita, discutir, ler algum manual de pesquisa, acho que muito mais importante é trabalhar no campo o tempo todo revendo o material de campo" (BRANDÃO, 2007, p. 12).



Caminhos: Assentamento Frei Vantuy (2014)

Fonte: Acervo da pesquisadora

Neste capítulo, escrevo sobre os caminhos percorridos para a investigação do processo educativo do Assentamento Frei Vantuy, situando o contexto da pesquisa e os sujeitos participantes.

2.1 Caminhos da pesquisa

Participar do processo da pesquisa me possibilitou perceber suas nuances, seus avanços e recuos; redefinir a fundamentação teórica; descortinar novos procedimentos metodológicos e, principalmente, entender que é no processo da pesquisa que se constrói o conhecimento dos fatos sociais e especificidades dos processos educativos. Esse processo me fez refletir sobre o fazer da pesquisa no sentido de compreender que os métodos e procedimentos utilizados não podem ser rigidamente pré-concebidos, dentro de uma exacerbação acadêmico-científica.

Para se chegar a resposta da questão elaborada para esta pesquisa, um longo caminho foi trilhado, entre acertos e erros próprios de qualquer processo de aprendizagem. Entre a chegada ou o retorno ao Assentamento, espaço desta pesquisa, e ao término da coleta dos dados, fui construindo estratégias metodológicas, momentos de observação, círculos de diálogos, aproximando—me do objeto de estudo em questão.

Quanto à natureza da pesquisa, a abordagem foi qualitativa. Esta perspectiva, no campo da educação, tem referência, dentre outros autores nos estudos de Ludke (2013):

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Quanto ao tipo de pesquisa, configurou-se como um estudo de caso. Nesse sentido, compreendo que este assentamento, embora situado em áreas de reforma agrária, possui suas especificidades: geográfica: estar situado na região cacaueira no Sul da Bahia, contendo terra fértil, vegetação exuberante com corredores remanescentes de mata Atlântica; socioeconômica: região que viveu tempos áureos e prospero com o lucro do cacau; cultural: a cultura regional é rica em diversidade de povos e etnias entre eles ribeirinhos, marisqueiros, pescadores, indígenas, ciganos, quilombolas e pequenos produtores rurais; política: centralização de poder nas "mãos" de famílias tradicionais, em que os coronéis dominaram a região e as pessoas pelo medo e pelo dinheiro, durante longas décadas.

Para Marli André e Menga Ludke (1986, p. 19),

O estudo de caso busca retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando como um todo.

As autoras também salientam que o estudo de caso enfatiza a "interpretação em contexto", isto é, para compreender o objeto do estudo é necessário compreender o contexto em que este está sendo estudado (ANDRÉ e LUDKE, 1986).

Dessa perspectiva, para o trato da coleta de dados, utilizei os seguintes procedimentos metodológicos: o primeiro foi a entrevista individual e semiestruturada, e o segundo foi a observação direta nas ações do cotidiano do assentamento: nas reuniões mensais, na visita aos lotes de assentados, na rotina laboral ou em momentos de atividades coletivas e datas comemorativas, a exemplo do dia das crianças.

Busquei entrevistar aqueles que participaram do início da ocupação do Assentamento: os trabalhadores e trabalhadoras rurais⁵ mais antigos do assentamento, por serem pessoas que poderiam retratar a memória da ocupação, partindo do contexto vivenciado por eles na época em que ocorreu a transferência do acampamento para a Fazenda Dom Bosco III, hoje Frei Vantuy.

Em paralelo a esses instrumentos de coleta de dados, fiz a análise documental da Ata de fundação do Projeto do Assentamento. Outro instrumento de apoio para a coleta e sistematização de dados, foi o registro, em diário de campo, da observação da vida cotidiana dos assentados. Optei por um registro na forma de um diário de campo para acompanhar as observações realizadas e demarcar, assim, a continuidade das vivências, destacando as que definem os processos educativos do assentamento.

De acordo André (2013, p. 98), o estudo de caso em seu desenvolvimento está relacionado a três fases:

- [...] a fase exploratória momento em que o pesquisador entra em contato com a situação a ser investigada pra definir o caso, confirmar ou não as questões iniciais, estabelecer os contatos, localizar os sujeitos e definir os procedimentos e instrumentos de coleta de dados;
- [...] a fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo;
- [...] e a fase de análise sistemática dos dados, traçadas como linhas gerais para condução desse tipo de pesquisa, podendo ser em algum momento conjugada uma ou mais fase, ou até mesmo sobrepor em outros, variando de acordo com a necessidade e criatividade surgidas no desenrolar da pesquisa.

_

⁵Trabalhadores rurais denominação dos homens e mulheres que trabalham com a terra na região cacaueira.

Partindo destas fases constituídas na trajetória da pesquisa, ocorreram muitos momentos entre idas e vindas nas visitas de observação, bem como para realização das entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Movimentos e momentos que podem ser considerados complexos, pois adentrar em uma comunidade requer um caminho que nem sempre é tranquilo, pelos seguintes motivos: porque demanda tempo, respeito aos momentos de trabalho, de vida e de organização, tanto coletiva quanto individual desses sujeitos. Ademais, é preciso lidar com os momentos de conflito existentes em qualquer coletividade que tenham ideias em comum ou não.

É nessa implicação com o espaço da pesquisa e com algumas inquietações acerca do processo educativo que se efetivou, no Assentamento, a minha inserção como pesquisadora. Isso configura um espaço coletivo que transpõe o 'eu' e o 'outro', para o 'nós', o coletivo, considerando que há uma dimensão intersubjetiva e reflexiva, em que o pesquisador aprende com o outro e o sujeito da pesquisa se reavalia ao relatar e significar suas vivências.

Com o intuito de compreender os processos educativos vivenciados no Assentamento Frei Vantuy, reafirmo a opção pelo Estudo de Caso, fundamentando-me em André (2013. p. 97):

[...] o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo.

Cabe enfatizar que o caminho trilhado por mim, neste Assentamento, já havia sido iniciado em outros momentos, tais como: em 2004, no PRONERA, e, em 2007, visitando as salas de aula em outro Programa de Alfabetização - Todos pela Alfabetização - TOPA, e, ainda, quando oportunizei aos alunos da Licenciatura em Pedagogia da UESC, através de visitas ao Assentamento, o conhecimento dos espaços de uma comunidade rural, em que a posse da terra foi conquistada pela Reforma Agrária, em negociação com o INCRA.

Em visita ao assentamento, solicitei, a uma das lideranças, uma reunião para apresentar os objetivos da pesquisa à comunidade. Iniciei este momento apresentando um vídeo

documentário⁶ WWF Brasil, "Verde Como Cacau da Bahia", gravado em diversos assentamentos da região Sul da Bahia. O vídeo mostra como os assentados da região do entorno da Reserva Biológica de Una realizaram ações agroecológicas.

A partir deste vídeo, no círculo de cultura⁷, conversamos sobre a importância da participação de alguns trabalhadores rurais que aderiram a estas ações desenvolvidas, também, por assentados no Frei Vantuy. A foto, a seguir, demonstra o momento de exposição do filme e um contato importante com um grupo maior de assentados para a explanação da proposta da pesquisa.

Figura 1: Apresentação da pesquisa à comunidade do Frei Vantuy





Fonte: acervo da pesquisadora.

Dados do momento de apresentação da pesquisa à comunidade (2014)

Foi um momento importante, para mim, na condição de pesquisadora, pois percebi que a comunidade se sentiu valorizada pela escolha do assentamento, bem como pela possibilidade

⁶Verde como cacau. Filme premiado no V Festival Internacional de Cinema Ambiental – FICA. Roteiro e direção de Deborah Andrade. Este documentário conta a história emocionante de agricultores assentados da região de Ilhéus/Bahia que, com o apoio do WWF Brasil, recuperaram as plantações devastadas pela praga conhecida como "vassoura de bruxa" e venceram o desafio de produzir e exportar cacau em grande escala utilizando apenas técnicas agroecológicas. Produção: Fábrika Filmes

⁷Refiro-me aqui ao Círculo de Cultura tal e qual atribuído pelo educador Paulo Freire onde todos e todas participantes inseridas num processo educativo formavam a figura geométrica do círculo, acompanhados por uma equipe de trabalho que ajudava na discussão de um tema da cultura, da sociedade. Na figura do círculo, todos se olham e se veem. Neste círculo, não há um ou uma professora, mas um ou uma animadora/mediadora das discussões que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos e todas ensinam e aprendem. O animador ou a animadora coordena um grupo que ele mesmo não dirige. Em todo momento, promove um trabalho, orienta uma equipe cuja maior qualidade pedagógica é o permanente incentivo a momentos de *diálogo* [...] (FIORE in FREIRE, 1982, p. 5).

de dividir momentos de registro da história do assentamento e do processo educacional desenvolvidos por eles.

Expliquei que desde o tempo em que estava no assentamento, atuando no PRONERA, fui observando os projetos e as ações desenvolvidas, percebendo a forma como eles demonstravam a vontade de fazer da terra um lugar de colheita e de sustentabilidade. Isso se apresentava no cuidado com o meio ambiente, a exemplo do manejo com o cacau sem agrotóxico, no sistema da agroecologia, ação que acompanhei em 2004.

A coleta de dados ocorreu em quatorze visitas ao Assentamento, entre os meses de julho de 2013 a novembro de 2014. As visitas se configuraram de diferentes modos, com finalidades distintas: observação do espaço, observação das relações entre os assentados; visitas para conhecer a atividade desenvolvida na roça, no lote do assentado; para a realização das entrevistas individuais. Foram realizadas, ainda, visitas às assembleias da Associação, cujos momentos retratam a síntese das ações encaminhadas no coletivo do Assentamento, bem como visitas a escola no assentamento, que possui uma classe multisseriada.

Dentre as visitas para o trabalho de coleta de dados, participei como observadora de oficinas desenvolvidas na comunidade, as quais foram organizadas por estudantes de licenciatura em Biologia, alunas da UESC. Caracterizou-se como trabalho voluntário, relacionado à seguinte disciplina: Projetos Interdisciplinares da Biologia, como tema *Educação Ambiental*. Os estudantes desenvolveram um trabalho com reutilização de resíduos sólidos, em espaços não escolares. Esta ação ocorreu no mês de julho de 2013, durante dois sábados à tarde. Cabe ressaltar que grande parte dos assentados participou destas oficinas: adolescentes, mulheres e alguns homens.



Figura 2: Momento da oficina no Assentamento



Fonte: arquivos da pesquisadora.

Dados: oficina sobre reutilização de resíduos sólidos

Durante esta ação, percebi que a comunidade tinha "sede" de aprender. As oficinas também proporcionaram momentos de interação e lazer entre eles. A atividade foi bem aceita pelos participantes que entusiasmados criaram caixas e artesanatos variados com materiais recicláveis. A intenção desta atividade foi de propiciar, aos meus alunos, o reconhecimento de espaços no campo de aprendizagem do biólogo.

Nesta caminhada da pesquisa aconteceram, também, momentos de visita individual, como na casa de uma das entrevistadas assentada chamada de R, 37 anos, moradora no assentamento desde o ano de 2010 e que relatou um pouco de sua vida na roça, convidando-me para conhecer seu lote individual e sua plantação de mandioca.



Figura 3: Visita ao lote individual de R

Fonte: acervo da pesquisadora (2014).

Dados: Foto da assentada R, em sua roça de mandioca, em lote individual.

Nesse movimento de exploração do campo de pesquisa, porém, nem sempre foi fácil estar no Assentamento. Depois da realização das oficinas, houve um período em que os conflitos⁸ estavam acirrados, inclusive algumas lideranças do Assentamento me solicitaram que aguardasse os "ânimos" ficarem mais cordiais entre os grupos em conflito. Em 2012, ocorreu um assassinato dentro do assentamento, fato que desencadeou divergências entre os assentados, suspeitas e muita indignação. Segundo os relatos, ninguém sabe quem foi autor do crime bárbaro, ocorrido durante o dia com a assentada G, tesoureira em uma gestão passada do Assentamento. Entretanto, a imprensa⁹ local, na época, veiculou problemas de intolerância,

⁸ Conflitos: disputas internas no assentamento por gestão na diretoria da associação.

⁹Em nota em um blog da região sul da Bahia, correu a notícia: "conforme nota divulgada pelo INCRA, foram identificados problemas de convivência e conflitos de intolerância religiosa, ocupação irregular de lotes de reforma agrária e disputa pela gestão no assentamento" (blog: www.pimenta.com.br –acesso em 20 de julho de 2012)

disputas sobre ocupação e sobre a gestão do assentamento. Dessa forma, passei, então, a me comunicar com os assentados por telefone, antes de organizar as idas ao Assentamento ou mesmo para saber como estava a situação. Os momentos de conflito perduraram por alguns meses, tanto que necessitei aguardar o momento mais ameno para retornar às visitas. Estas questões conflituosas costumam ocorrer nos espaços de Reforma Agrária em que há disputas por lotes, interesses econômicos e, muitas vezes, relações políticas que dividem os grupos dentro da comunidade.

Em meados de 2014, os antigos assentados foram surpreendidos com o pedido das pessoas que estavam apoiando a diretoria atual, ao solicitarem que eles se organizassem no sentido de se candidatarem para compor uma nova diretoria que iniciaria a gestão a partir janeiro de 2015. Enquanto a eleição não aconteceu, muitos diálogos ocorreram aos finais da tarde para se chegar à composição de uma chapa para a nova eleição. Foi um momento de amadurecimento dos grupos envolvidos dos dois lados, no assentamento, fato que evidencia também um processo educativo político dentro da trajetória de luta da comunidade Frei Vantuy. No final de outubro, ocorreu a eleição com a participação de diversos representantes relacionados à questão da Reforma Agrária, dentre estes: o INCRA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus, e dois advogados convidados, um pela antiga e outro pela nova diretoria, para mediarem o momento, ou seja, para criarem possibilidade de que a eleição se tornasse mais democrática, ainda que a chapa de candidatos fosse única. Outro momento na trajetória da pesquisa foi a participação na assembleia da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Dom Bosco III.



Figura 4: Reunião da Associação no Assentamento FreiVantuy

Fonte: arquivos da pesquisadora. (2014) Dados: reunião do Assentamento debaixo da barcaça¹⁰.

_

Barcaça: Tipo especial de secador, dotado geralmente de piso de madeira e de cobertura removível. É classificado como secador natural, pois utiliza da energia do sol para promover a remoção do excesso d'água de produtos agrícolas. As barcaças são encontradas com frequência nas regiões de plantio de cacau. São dotadas de cobertura móvel que desliza sobre os trilhos, expondo o cacau ao sol ou protegendo o produto da chuva.

Através da nova diretoria do Assentamento, os adolescentes foram solicitados a investigar sobre o perfil dos assentados, acerca das famílias, a faixa etária e sobre a questão da religiosidade no assentamento, conforme dados abaixo, os quais foram disponibilizados pela direção da associação. Mencionados os caminhos da pesquisa e informações acerca do perfil dos assentamentos, sinalizo, através de gráfico, informações acerca do contexto etário, de gênero e religioso.

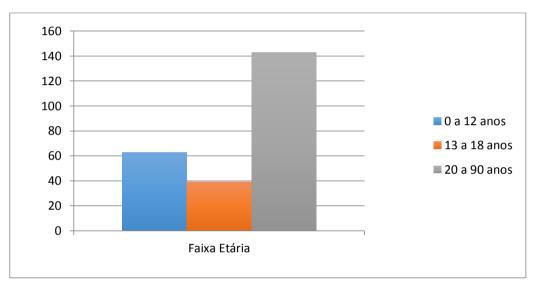


Tabela 1 - Perfil etário do assentamento

Fonte: Arquivos cedidos pela Diretoria da Associação Frei Vantuy (2014).

Dados: Perfil etário dos assentados

O perfil etário do assentamento demonstra que a maioria tem idade superior a vinte anos. Nos momentos das assembleias, percebi que a maioria dos assentados são pessoas mais adultas e idosas, assentados com 20 anos constituem a minoria. Os mais velhos têm uma maior referência com a terra, são pessoas cujas famílias trabalhavam em antigas fazendas na região, ou vieram de outras regiões para o trabalho com a lavoura de cacau.

200 180 160 140 Evangé licos 120 Católicos 100 80 ■ Espírita 60 Não Declararam 40 20 0 Religião

Tabela 2: Perfil religioso do assentamento

Fonte: Arquivos cedidos pela Diretoria da Associação Frei Vantuy.

Dados: Perfil religioso dos assentados.

Segundo relato de algumas assentadas, durante uma conversa informal, o perfil religioso evangélico vem configurando mudanças no contexto. Isso vem mudando a identidade cultural do assentamento, até de algumas celebrações do campo, a exemplo da festa junina; em função de dogmas e preceitos de algumas religiões, as crianças que frequentam a escola não podem participar das atividades nas datas comemorativas, nem participar de atividades lúdicas como cantigas que não sejam da sua religião ou participar de alguma festividade que envolva a dança.

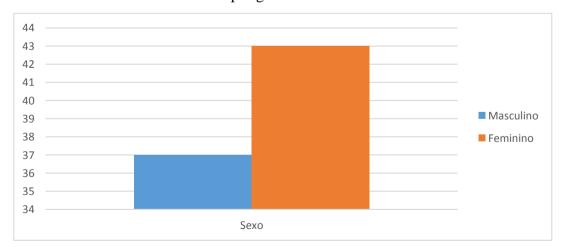


Tabela 3: Perfil por gênero do assentamento

Fonte: Arquivos cedidos pela Diretoria da Associação Frei Vantuy.

Dados: Perfil de gênero dos assentados.

Diante das informações cedidas pela diretoria, no questionário aplicado no assentamento pelos adolescentes, o gráfico acima aponta um dado muito importante no assentamento: a quantidade do gênero feminino é muito superior comparado ao masculino. Durante as visitas e momentos em que estive observando as ações no assentamento, percebi que as mulheres estão atuando muito nos plantios de pequeno porte, a exemplo da plantação de quiabo, abóbora, milho, além de permanecerem mais no assentamento do que os homens, os quais buscam outras alternativas de renda, na construção civil, em trabalhos temporários, retornando mais ao assentamento na colheita de cacau.

2.2 Contextualizando a pesquisa

O histórico de ocupação de Ilhéus e da região sudeste da Bahia teve início no século VI, a partir da ocupação do Brasil. Em 1534, quando D. João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias, coube ao fidalgo português Jorge Figueiredo Correia, por Carta Régia, a capitania, denominada, posteriormente de São Jorge dos Ilhéus. Esta tinha como limites, ao sul, a capitania de Porto Seguro e, ao norte, o local atualmente conhecido por Morro de São Paulo, um pouco além da Ilha de Tinharé (GAMBA, 2012, p. 14). O município de Ilhéus está localizado no Litoral Sul do Estado da Bahia e abrange uma área de 1.760,111 km², com uma população de 184.236 habitantes (IBGE, 2014), sendo 155.300 na zona urbana e 28.931 na zona rural. O município está dividido em Zona Norte, Zona Oeste, Centro e Zona Sul, sendo o Leste banhado pelo Oceano Atlântico. Dentre os distritos de Ilhéus, estão: Aritaguá, Banco Central, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio do Braço.



Figura 5: Mapa do Bahia -Ilhéus e Território Sul

Fonte: http://nossailheus.org.br/nossa-ilheus/ Dados: mapa da Bahia-Ilhéus e Território litoral Sul O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, com o objetivo de promover alavancar a economia, com a expectativa do desenvolvimento territorial sustentável.

Para esta ação, foi necessária a participação social aliada à ação ativa do governo em suas instâncias federal, estadual e municipal. O mapa¹¹ abaixo situa os municípios do Território do Litoral Sul, dentre os quais se localiza o município de Ilhéus, onde se situa o Assentamento Frey Vantuy.

O Território Litoral Sul - BA abrange uma área de 14.736,20 Km² e é composto por 26 municípios, a saber: Arataca, Aurelino Leal, Camacan, Canavieiras, Floresta Azul, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca, Almadina, Barro Preto, Buerarema, Coaraci, Ibicaraí e Itajú do Colônia.

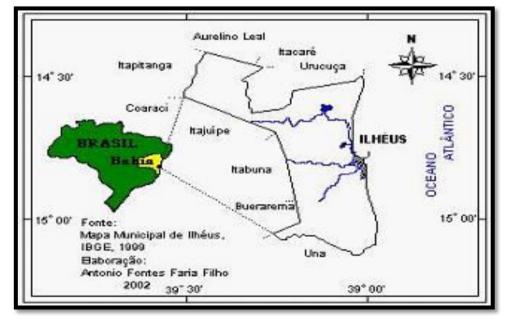


Figura 6: Mapa de Ilhéus e Municípios confrontantes no Território Litoral Sul

Fonte: http://www.partes.com.br/socioambiental/manguezais.asp Dados: Mapa de localização da cidade de Ilhéus – BA (2002).

Devido à grande abrangência geográfica da região, em que estão situados diversos municípios, fato que dificultava os trabalhos de sensibilização dos sujeitos nas comunidades, articulações, elaboração de projetos, dentre outros, os participantes das comunidades,

_

¹¹ Sistemas de informações territoriais. Fonte : http://sit.mda.gov.br.

juntamente com o Grupo gestor, (formado por entidades, associações, movimentos sociais, ONGs), ou seja, o próprio grupo decidiu por dividir esse Território em sub-territórios, constituídos pelos municípios de Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Canavieiras, Una, Ubaitaba e Aurelino Leal (Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável Territorial, 2010, p. 23).

ping Jequitibá

Universidade Estadu
de Santa Cruz - UES

Assentamento Frei
Vantuy

Dados do mapa ©2015 Google - Editar no Google Cartógr.

Figura 7: Localização de Ilhéus e do assentamento Frei Vantuy

Fonte: Imagem da localização de Ilhéus e do assentamento na Rodovia 415. Dados:https://www.google.com.br/maps/place

Conforme visualizado no mapa acima, o Assentamento Frei Vantuy está localizado à beira da BR 415, Rodovia Ilhéus-Itabuna km 10. Bem próximo ao Assentamento está a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Consta no registro de cadastramento do INCRA, que esta comunidade teve início em 12/04/2000, com uma área de 476.4368 hectares, em fase de Estruturação e está situada no Território de Cidadania Litoral Sul, de acordo as informações acessadas no site da Superintendência Regional da Bahia¹².

-

¹²Sistema de Informações Territoriais. Fonte: http://sit.mda.gov.br.

Tabela 4: Informações sobre o Assentamento Frei Vantuy no INCRA

Cód. PA	BA 0242000
Nome PA:	PA Frei Vantuy
Cód. IBGE	2913606
Município	Ilhéus
Capacidade família	47
Assentados	47
Área PA:	476.4368
Data de criação	12/04/2000
Fase PA	Assentamento em estruturação
Território de Cidadania:	Litoral Sul

Fonte: Dados Superintendência Regional da Bahia Informações Gerais (2014).

Dados: Assentamento Frei Vantuy.

Após consulta no Projeto de Assentamento – PA - observou-se que a conservação das áreas de reserva legal contidas na fazenda, além de uma exigência do INCRA, tem se estabelecido como meta para os assentados, conforme descrito abaixo e, ainda, como certificado, na forma de texto de um memorial descritivo, neste mesmo PA:

Tabela 5: Área legal informada no PA do Frei Vantuy

Reserva Legal	Área	
Reserva Legal: 01	27.697,0, hares	
Reserva Legal: 02	Área: 34.975 hares 4 centiares	
Reserva Legal: 03	Área: 35.857,0 hectares	
Reserva Legal: total	98.529,4	
Perímetro:	16.708,43 m	
Área total:	488.323,3	

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Dados: Ata de fundação PA Assentamento (2014).

Sobre a área de estrada vicinal descritas no PA é de 7.4320 hectares, estradas contidas dentro da fazenda que ligam a roças e a Agrovila: contendo uma área de: 5.474,8 ares (Ata de Fundação, 1999).

A figura abaixo mostra uma das partes da Agrovila, que fica logo na entrada do assentamento.

Figura 8: Agrovila no assentamento Frei Vantuy





Fonte: Acervo da pesquisadora (2014).

Dados: Visita ao assentamento em uma das áreas de agrovila.

No Assentamento residem 249 pessoas: vivendo na comunidade e desenvolvendo trabalho com o plantio de pequenas hortas, nos lotes individuais, dos seguintes produtos: milho, feijão, mandioca e colheita do cacau, tanto no coletivo, quanto nos lotes individuais, além de preservarem os antigos plantios de cacau. Quanto ao contexto local, em números relacionados às escolas na zona rural, observa – se um número reduzido de matrículas para a população na área rural.

Figura 9: População matriculada na zona rural de Ilhéus (2010)

	Rural	Sede dos distritos	Total
População total	28.955	6.704	35.659
0 a 3 anos	1.980	380	2.360
4 a 5 anos	1.159	238	1.397
6 a 14 anos	5.429	1.258	6.687
15 a 17 anos	1.794	398	2.192
18 a 29 anos	5.866	1.261	7.127
30 a 59 anos	9.815	2.277	12.092
60 anos ou mais	2.912	892	3.804

Fonte: http://www.kairos.srv.br/ilheus_final/area14.html#

Dados: População escolar na zona rural Ilhéus -BA

Como se observa no gráfico acima, a população adulta na zona rural de Ilhéus, com idade entre 30 a 59 anos, e com mais de 60 anos, tem pouco acesso e atendimento escolar. Não consta neste sistema de indicadores nenhuma Escola Família Agrícola – EFA, ou qualquer outro tipo de escola nestas localidades para que estes sujeitos sejam inseridos no processo de escolarização. É visível o descaso do poder público com a população moradora da zona rural

2.3 Sujeitos da pesquisa

É reconhecida a importância dos coletivos e de seu papel desempenhado na sociedade como espaço de organização de categorias, como *locus* de lutas e, consequentemente, de possibilidades de transformação da realidade em torno da terra.

Isso nos remete aos sujeitos e contextos dos assentamentos: coletivos que tem na união uma forma de organização social para a luta de diferentes demandas: quer seja para a posse da terra, para a inserção de escola ou para conquistas de outros direitos negados pelas políticas públicas da sociedade, a exemplo de uma moradia digna.

O sujeitos desta pesquisa foram lideranças que iniciaram o processo de ocupação no assentamento e outros(as) trabalhadores(as) rurais. Com esses sujeitos, foi possível conhecer o modo de vida no campo, a relação com a terra em seu trabalho, o processo educativo vivenciado nas relações com o meio ambiente onde estão inseridos.

Por ter uma trajetória de inserção neste assentamento e conhecer muitos dos assentados no PRONERA e na UESC, isso facilitou minha entrada na comunidade, pois já havia um vínculo de confiança estabelecido, o que permitiu, na caminhada de pesquisa, momentos de observação, diálogos ricos e fecundos com os sujeitos e seus contextos.

Dentre os entrevistados, estão seis mulheres: quatro são assentadas que iniciaram o processo de ocupação e posse da terra e duas foram assentadas há quatro anos, sendo uma delas a professora da classe multisseriada do Assentamento. As quatro mulheres, que me referi anteriormente, viveram efetivamente a trajetória de seis a dez anos em acampamentos quando no início da mobilização dos trabalhadores rurais, em 1989, estavam sem terra e sem emprego nas fazendas, sem condições materiais de sobrevivência.

Ainda sobre os sujeitos colaboradores da pesquisa, dois homens entrevistados: ambos iniciaram a ocupação e a posse da terra no Assentamento, participaram de muitos momentos de conflito para conquistarem a terra. Ambos têm uma grande identificação com a terra, são nascidos na roça e foram criados cuidando da terra com seus familiares.

A escolha dos(as) assentados (as) para a realização das entrevistas respeitou o seguinte critério: serem moradores (as) mais antigas, de modo que eu compreendesse os processos educativos dentro do Assentamento, por serem homens e mulheres ativos (as), inseridos nas lutas e na diretoria da comunidade em anos anteriores.

Como instrumento para a coleta de dados se utilizou das entrevistas e a observação do/no Assentamento.

As entrevistas, marcadas com antecedência, ocorreram em visita ao Assentamento. Para as entrevistas, priorizei na escolha dos assentados que estes deveriam ter participado da ocupação da terra desde o início, e os demais entrevistados poderiam ter se inserido no processo de estruturação no assentamento.

Participei da assembleia ordinária mensal do assentamento, também como momento de observação durante a pesquisa registrei muitos dos momentos coletivos de decisões e encaminhamentos no diário de campo, percebendo, durante estas reuniões, diversos processos educativos.

Quando me refiro às mulheres nesta pesquisa, a intenção é destacar como elas são sujeitos participantes no assentamento, por serem protagonistas de suas histórias e da luta diária do/no assentamento.

Quanto às imagens inseridas nesta dissertação, cabe destacar que foi solicitada, aos assentados, autorização prévia, por escrito, para veiculação das mesmas. Optei por abreviar os nomes dos entrevistados, como forma de expor as opiniões, preservando o anonimato dos sujeitos. Cabe ressaltar, ainda, que todos concordaram em participar da pesquisa, mediante a assinatura no termo de Veiculação de Imagem.

3 EDUCAÇÃO: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS

Barcaça que não navega, barcaça presa na terra [...]. Por mais forte que seja o vento sul dobrando o capinzal, enchendo de folhas amarelas o chão das roças de cacau, jamais elas partem. Tampouco esses negros e esses mulatos que cantam canções que falam de mar e em viagens, tampouco eles partirão, marinheiros de barcaças de cacau presas na terra negra e rica! (Jorge Amado, São Jorge dos Ilhéus, 1988).



Barcaça com cacau para secagem assentamento Frei Vantuy (2014) Fonte: acervo da pesquisadora.

Neste segundo capítulo trato de situar as categorias conceituais escolhidas para o desenvolvimento desta dissertação. Apresento, ao longo do texto, uma relação entre as definições destas categorias ao contextualizá-las com o espaço da pesquisa e com algumas referências teóricas em torno da temática da Educação e Contemporaneidade; Educação e Processos Educativos e Educação do Campo.

3.1 Educação e Contemporaneidade

É a partir da reflexão de Paulo Freire (2005), que busco, nesta pesquisa, pronunciar na voz dos assentados, em suas experiências educacionais, construídas nos espaços e nas relações dentro do assentamento.

A partir dos estudos na UNEB - Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade PPGEduC, através das disciplinas, fui construindo um aporte teórico que encaminhou, também, para esta pesquisa, o entendimento de que a educação para a construção da autonomia e para a emancipação dos sujeitos é o fio condutor de muitas investigações desenvolvidas neste Programa.

Esta pesquisa, em sua singularidade, discute questões ligadas à educação na contemporaneidade, especificamente no entrelaçamento dos processos educativos dos sujeitos inseridos no Assentamento Frei Vantuy, como espaço educativo, nas relações estabelecidas durante as vivências, lutas e saberes cotidianos.

Segundo Nascimento (2013, p. 10), "já não se sabe ao certo se a educação está na escola, ou mesmo se a educação é capaz de educar". Para muitas pessoas, a escola é o espaço de educação; entretanto, na escola pública, (insisto em demarcar a escola pública como única instituição de educação escolar a que os sujeitos tiveram um possível acesso), não há muitos espaços para uma escuta sensível, das necessidades e das demandas dos jovens, adultos e idosos, em seus contextos de referência.

Esses sujeitos, estudantes da EJA, buscam, principalmente, a escola como espaço de ascensão social e profissional. No entanto, têm evadido desta instituição com um sentimento de inferioridade e esvaziamento, talvez por não compreenderem porque os conhecimentos ensinados não conseguem ter conexão com seu cotidiano, o mundo do trabalho e o contexto sociocultural em que estão inseridos.

Busco em Brandão (2006, p. 15) a definição de educação que acredito complementar uma concepção muito importante de educação que está na base da sociedade: a "Educação Popular". "Esta parece não somente existir fora da escola e à margem, portanto na de "educação escolar", de um sistema de educação, ou mesmo da educação parece resistir a tudo".

O autor compreende a educação na dimensão da cultura, como ponto de partida e de chegada. Todavia, a escola, na maioria das vezes, não está aberta para dialogar com a diversidade cultural, em suas nuances, tradições e diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos e identitários.

Nos assentamentos, encontram-se pessoas com diversas vivências e trajetórias de vida, com uma riqueza de aprendizagens decorrentes de suas experiências. Nesse sentido, para entender sobre as questões relacionadas a esta organização educacional no assentamento, recorri ao conceito de educação discutida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em que estou inserida. De acordo com Nascimento (2013), a relação entre Educação do Campo e contemporaneidade se constitui quando se considera a educação

Como conjunto de processos de construção de novas formas de ser e de estar no mundo, marcadas pela solidariedade, convivência com a alteridade, contemplando as singularidades da vida no campo e em outros contextos, bem como seu confronto com a artificialização da vida na alta modernidade, seja no campo ou na cidade (NASCIMENTO, 2013, p. 10).

Em aproximação ao pensamento de Nascimento (2013), entende-se que a educação do campo se configura em um espaço de construção de conhecimentos e valores para a vida e não apenas voltados ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, é possível afirmar que em todos os espaços do campo (se) *acon-tece* a educação: seja na roça, nos momentos de plantio, na reunião da associação, nos momentos de conflitos, pois circulam saberes dos sujeitos assentados, compartilhados para a sobrevivência e a busca de seus direitos sociais, muitas vezes negados aos sujeitos do campo.

O que caracteriza então a Educação nesta contemporaneidade? Compreender na educação um horizonte para construir uma sociedade mais humanizadora, proposta por muitos sujeitos, respeitando a singularidade de cada um, sem perder de vista a convivência com a alteridade.

No que tange à leitura e à escrita, acredito ser pertinente uma educação problematizadora e popular para o campo, pois letrados e iletrados que permeiam as comunidades rurais ou urbanas neste país, tem com princípios e valores, o outro como sujeito portador de outros saberes, sujeitos estes conscientes de si e de sua história, entretanto estes saberes nem sempre são incluídos na educação formal.

Para Freire (2005), a educação para a emancipação perpassa pela libertação do sujeito e a construção *do ser mais*, de sentir-se gente, sujeito que protagoniza sua história a e sua ação no mundo. "Está aí a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores" (FREIRE, 2005, p. 33).

No entanto, libertar—se não perpassa pela educação obediente, disciplinadora, geradora de corpos rijos e domesticados e de mentes submissas. Libertar-se tem um significado muito

mais amplo do que a própria palavra nos propõe, porque para buscar esta libertação é preciso um novo projeto societário.

Nesse mesmo sentido, Santos (2007) traz outra discussão para a educação, outro imenso desafio referente à educação emancipadora:

Estamos em um contexto em que é necessário tentar outras aprendizagens de utopia crítica. [...] Por isso, quando queremos tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrentamos um problema: há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão (SANTOS, 2007, p. 55).

Como poderemos proferir o que foi posto pela sociedade hegemônica como improferível? De que maneira poderemos construir outras formas de denunciar a opressão que oprimidos vivenciam diariamente, em seus espaços sociais?

É na comunhão dos coletivos que se constrói esta libertação quando se propõe a liberdade de si e dos que estão excluídos. Entretanto, qual será a proposta que temos na escola contemporânea? Qual a proposta de criticidade e de solidariedade engendrada na sociedade capitalista e dominada pelo ganho excessivo de capital e de produção? Não existe, pois a perspectiva de educação para a sociedade no capitalismo é a de consumo, produção e competitividade. Propor o conhecimento para uma convivência mais humana não tem sido, de modo geral, uma preocupação da educação escolar.

Adorno (1995), em sua obra Educação após Auschivitz, levanta o seguinte questionamento: para onde a educação deve conduzir?

[...] a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar, conforme seu conceito demanda, pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (ADORNO,1995, p. 141).

Conquistar, então, a democracia em sua cidadania plena, diferencia e compõe verdadeiramente uma emancipação, mas, como vivenciar uma cidadania, estando à margem da sociedade?

Parece estranho dizer que a educação não emancipa, mas o autor fundamenta esta proposição dizendo que "numa época em que educação, ciência e tecnologia se apresentam

agora globalmente, conforme a moda em voga como passaportes para um mundo moderno conforme os ideais de humanização" (ADORNO, 1995).

Se não houver uma preocupação de educar para a sobrevivência humana no sentido de humanizar as relações, a educação por si só não poderá construir laços de sociabilidade dignas do ser humano. Neste sentido, a organização gestada nos coletivos tenta caminhar, mesmo que, como descreve Freire (2005) na obra Pedagogia do Oprimido, os oprimidos não tenham a total consciência desta ação, devido a sua imersão na realidade opressora em que estão inseridos.

O mundo globalizado, baseado na ideologia capitalista de consumo, não tem espaço para as relações solidárias, mas para o homem robô, consumidor, desenfreado e sem reflexões sobre si e sobre o coletivo. Na ânsia da competitividade exacerbada, engendrada no crescimento do padrão mercadológico, ganha quem possui mais bens e tem mais poder. Não há tempo para contemplação da natureza; vive-se no tempo cronológico, da empresa e da compra pelos bens tecnológicos mais atuais.

Segundo Nascimento (2013, p. 41), "já não se sabe ao certo se a educação está na escola, ou mesmo se a escola é capaz de educar". A educação escolarizada nem sempre está preocupada com a educação para a solidariedade e a humanização. É preciso repensar o projeto de sociedade educacional que estamos construindo para as gerações vigentes e futuras.

E, sem dúvida, o Estado não está preocupado com este projeto de sociedade pensada para todos, mas pensada para o capital e a geração de renda para as grandes multinacionais e os empresários que financiam a "roda do poder" no Estado.

3.2 Educação: processos educativos

Compreender como se dão os processos educativos entre os sujeitos do Assentamento Frei Vantuy foi um dos objetivos desta pesquisa, daí a necessidade em se discutir essa categoria enquanto conceito. Um processo educativo deve ser emancipatório e desenvolver nos sujeitos a consciência de seus direitos perante o mundo, e de seus deveres, a ponto de não ter ninguém para impor seus atos que não seja a si mesmo. Dentre os estudiosos deste assunto, está Freire (2005, p. 57) que faz a seguinte análise:

O processo educativo como a cultura popular, educação como ação cultural, recuperada na centralidade libertadora da cultura popular, implica reconhecer a desumanização [...] na radicalidade dos valores socialistas, de emancipação humana, da igualdade e diversidade.

A emancipação está na conscientização de sua luta por um pensar coletivo e dialético: uma teia que precisa ser tecida com reflexão e construída, diariamente, entre os sujeitos. Educar para emancipação não é uma construção simples, mas possível para educadores e educadoras que almejam e acreditam em uma educação realmente emancipadora, mesmo exilados no sistema educacional que os silenciem.

Não é possível perceber os processos educativos de maneira isolada. Para Arroyo (1982), estes processos educativos não estão vinculados somente a escola, mas perpassam por espaços físicos e simbólicos, na comunhão do diálogo, em movimentos sociais, na família, no trabalho, nos momentos de lida na roça e na vivência entre os seres humanos em suas ações cotidianas.

O ser humano é a matéria prima desta educação no processo educativo. Uma das vertentes que baliza esta ação está pautada em valores, como propõe Arroyo (1999, p. 39):

[...] os valores que nos movem e que também queremos ajudar a cultivar é através da Articulação são os valores que tem o ser humano como centro, e que sustentam uma concepção de educação especialmente preocupada com o desenvolvimento humano de todas as pessoas, em todo o mundo.

Os desencontros nas relações humanas têm reforçado aspectos da desumanização e desarmonia social, em que as consequências se expressam em exclusão social, violência e perda da sensibilidade humana para com o outro. Refazer este tecido social é um dos desafios deste século. O Programa do PPGEduC vem construindo, ao longo destes anos de pesquisa, um banco de dados relevante na Linha de Pesquisa III, acerca da Educação e Gestão e do Desenvolvimento Local Sustentável:

[...] Desse modo, a educação vem sendo entendida como um amplo processo de intenso envolvimento social, de diálogo permanente entre os sujeitos da educação, assim como de sua interação com o mundo por onde possam emergir novas sociabilidades que possam resultar em recomposição do tecido e da harmonia sociais (NASCIMENTO, 2013, p. 270).

As pesquisas desenvolvidas no Programa pretendem propiciar, aos mestrandos e doutorandos, um novo olhar sobre a educação na contemporaneidade, desencadeando processos educativos que nem sempre estão no bojo de educação na sala de aula ou nos espaços coletivos de assentamentos e comunidades rurais ou urbanas.

A Universidade Federal de São Carlos-UFSCar também pesquisa sobre "Práticas sociais e processos educativos", tema de uma das linhas de pesquisa do Programa de mestrado e

doutorado coordenado por Maria Waldenez Oliveira, que vem proporcionando aos estudantes reconhecer-se no contexto social em que estão inseridos, e principalmente:

A compreensão de si mesmo, a percepção dos outros, na América Latina, requer olhar para a diversidade situando contextos e espaços. Produzir conhecimentos na perspectiva da América Latina exige nos libertarmos de referências dogmáticas, construídas a partir de experiências alheias a nossos valores e culturas. A sobrevivência de nossas culturas, modos de ser e viver, evidenciam nossa humanidade, contrariamente ao que apregoaram e apregoam os colonizadores que nos "inventaram" sem alma, inteligência, valores. (OLIVEIRA, SILVA, JUNIOR, MONTRONE, JOLY, 2009, p. 4).

O Grupo de pesquisa da UFSCAR desenvolve os processos educativos com a seguinte metodologia:

Entendemos que as pesquisas junto a pessoas e grupos, principalmente os socialmente "marginalizados" devem ser realizadas após cuidadosa e paciente inserção dos pesquisadores na comunidade, na instituição, no espaço social, num conviver, realizado em interação e confiança. Essa inserção deve se dar na tentativa de assumir o lugar de um integrante, procurando olhar, identificar e compreender os processos educativos que se encontram naquela prática social. (OLIVEIRA, SILVA, JUNIOR, MONTRONE, JOLY, 2009, p.10).

É indiscutível que para perceber e reconhecer os processos educativos contidos nas comunidades entrelaçadas com as relações dos sujeitos, participantes destes espaços, um dos requisitos é que o pesquisador respeite estes saberes e, acima de tudo, aprenda a valorizá-los como um saber a ser compartilhado em diferentes espaços.

Fundamentado na valorização da vida que busca a orientação das pessoas para o conhecimento de si mesmas, como base para o autodomínio e para reconhecimento dos outros como diversos. A ideia de comunhão, por sua vez, é a de que ela é um processo social básico que expressa toda relação de transmissão e de potencialização de ideias, de valores, de sentimentos entre as pessoas mediante um infindável acervo de signos, de certo modo organizados pela linguagem pela qual se faça opção (NASCIMENTO; HETKOWSKI, 2009, p. 136).

A ideia de comunhão não pode estar distante dos processos educativos, é na comunhão que se relacionam os sujeitos, nas vivências do trabalho, da cultura local, das relações intergeracionais, movimentos que configuram diferentes aprendizagens, na oralidade dos movimentos populares.

A concepção de Bondía (2002) sobre a experiência traduz alguns concepções ricas e importantes nos processos educativos:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspendera opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobreo que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

Essa perspectiva da experiência configura-se um desafio na contemporaneidade: porque a máquina do tempo, o relógio, persegue, com seu tique taque, regula o homem moderno, não lhe dá tempo para pensar, para escutar. Não se pode parar: tudo é muito dinâmico e de extrema urgência, não há tempo, não há tempo, é preciso correr nesta ânsia de conquistar tudo e nada ter/ser sentido. Vivemos, quase sempre, no automatismo da ação, sem perceber as pequenas ações humanas, inconscientes da própria natureza que nos cerca, não há tempo para ver as estrelas: o trabalho e as luzes da cidade as ofuscam, e junto com as luzes vemos apenas o que precisamos ver, pois a vida moderna assim nos impõe.

Os processos educativos também perpassam pela linguagem. Desejo que a linguagem deste texto, simples e singela, possa ser compreendida pelos assentados que ajudaram a construí-lo, com seus saberes. E que as pessoas que o lerem: compreendam e possam envolverse; e aqueles que escutarem: desejem compartilhar e multiplicar os saberes contidos nos muitos diálogos que circularam durante esta pesquisa.

De acordo com Fiori (2013, p. 60), os processos educativos perpassam pela consciência e neles:

A comunicação da consciência (a intersubjetividade) supõe um mundo comum. Se cada um constituísse seu mundo, esse não poderia ser a mediação para o encontro das consciências, e estas se comunicariam sem o mundo - o que não é o caso, pois somos seres encarnados — ou não se comunicariam. Uma vez mais: as constituem em intersubjetividade originaria.

O autor, ao se referir à comunicação da consciência, compreende que cada ser carrega uma consciência de si e do mundo em que está inserido, entretanto, esta consciência não é igual para todos. Mas são nestas intersubjetividades que nos encontramos e nos confrontamos com saberes e experiências mútuas ou não. Nestes espaços se constroem, então, os processos educativos que deveriam nos consolidar como humanos. Para representar a concepção de processo educativo me utilizei da figura a seguir:

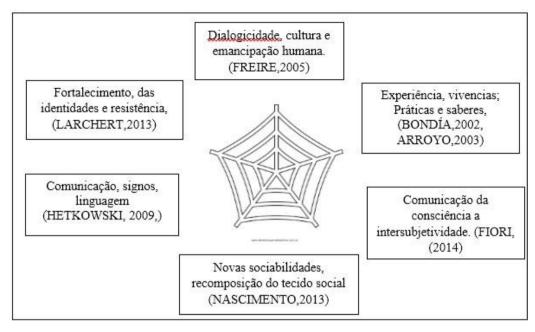


Figura 10: Categoria do Processo Educativo

Fonte: Construída e formatada pela pesquisadora (2014)

Na figura acima estão alguns conceitos que se entrelaçam, formando uma teia dos processos educativos. Cada um dos autores citados pesquisaram, em diferentes contextos, com problemáticas diversas, como se desenvolvem estes processos, sejam em comunidades urbanas ou rurais, na área de saúde ou com tecnologias digitais, na educação popular ou em comunidades quilombolas. Nesse sentido, trazem, de suas práticas investigativas, conceitos chaves que compõe uma teoria para o reconhecimento da relação teórico-prático dos processos educativos.

3.3 Educação do campo

Na educação construída nos espaços acadêmicos, existe uma grande preocupação com a rotulação dos "termos": Educação para o Campo, Educação para a relação Etnicorraciais, entre tantas outras denominações utilizadas para validar esta educação, mas, qual é o sujeito de educação?

Acredito que antes de pensar em nomear a educação e sua finalidade, precisamos reconhecer que antes de qualquer nomenclatura está o *ser humano*, sujeito que deve compartilhar deste conhecimento e ser reconhecido como produtor de múltiplos saberes.

Na educação do campo, a luta tem sido árdua e antiga. Tornou-se modismo dizer que se trabalha com a Educação do Campo. Mas que campo é este, de qual espaço simbólico e

geográfico está se falando? Esta discussão vem sendo feita há décadas pelos Movimentos Sociais e lideranças comunitárias rurais, coletivos e indivíduos que convivem com as escolas situadas no meio rural, em que vivenciam, de modo geral, uma educação descontextualizada.

Algumas Universidades, através de seus grupos de pesquisas e de estudos, como por exemplo a UNEB - Bahia, a UNB-Brasília, a UESC-Bahia, entre outras; sindicatos; associações; fóruns de debate; ONGs e comunidades fomentem discussão sobre o tema em questão: da relação com a terra e a educação através das experiências dos coletivos de trabalhadores rurais. Do mesmo modo, lutam para que aconteça um novo olhar e, mais do que isto, uma reconfiguração na proposta educacional e social para os sujeitos do campo.

Será que estes jovens, adultos e idosos, que vivem no meio rural, não estão inseridos nas escolas urbanas? Como tem sido essa inserção? Há uma invisibilidade destes jovens, adultos e idosos na escola urbana pública, nivelando-se todos como pertencentes de um único espaço social, cultural, e de mesma condição econômica. Primeiro, precisamos demarcar quem são estes sujeitos que estão contemplados nesta discussão de educação do campo, e, além disto, reconhecê-los em nossa sociedade, nos diferentes contextos sociais que estão inseridos, em especial na área educacional.

Pertencentes aos espaços do campo estão: agricultores, povos indígenas, povos da floresta, quilombolas, caiçaras, caboclos, pescadores, ribeirinhos, camponeses, caipiras, lavradores, assentados, reassentados, roceiros, sem-terra, agregados, meeiros, bóia-fria, trabalhadores rurais, entre tantos outros grupos (CALDART, 2002, p.16).

A diversidade é grande e ainda temos, neste contexto identitário, questões relacionadas a gênero, sexualidade, faixa etária, etnia, religião e organizações populares como associações e sindicatos. Como se pode perceber, temos um grande desafio: pensarmos uma educação que contemple saberes, sujeitos e contextos distintos. Buscaremos o conceito sobre a "expressão campo", no sentido de ampliar o entendimento:

Utiliza—se a expressão *campo*, e não mais a usual meio *rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho (CALDART, 2013, p. 258).

A partir desta citação, observa-se que se ampliou o conceito ou denominação de campo e rural, para pensar além destas categorias de estudos, os grupos sociais que nele estão inseridos e suas necessidades de sobrevivência com a terra e a própria vida. Esta discussão se iniciou no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária- ENERA, realizado em 1997,

promovido pelo Movimento de Luta pela Terra-MST, Universidade de Brasília –UNB, Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, para buscar uma reflexão em torno de uma educação que tivesse uma relação com a terra, o trabalho e as especificidades do meio rural. Entretanto, foi na I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, realizada em Goiás na cidade de na Luziânia, em 1988, que surgiu a expressão "Educação Básica do Campo", em que diversos grupos de intelectuais orgânicos, lideranças rurais, militantes de movimentos sociais estiveram presentes, conclamando um movimento para pensar a Educação Básica para o Campo.

As pressões exercidas por estes grupos sociais começavam a mobilizar, cada vez mais, a sociedade e pessoas dos espaços comunitários, em prol do meio rural e de outra perspectiva para os sujeitos envolvidos nestes espaços rurais.

Na I Conferência "Por uma Educação Básica do Campo", Arroyo (2009) discutiu, juntamente com diversos movimentos sociais e sindicais, a perspectiva de que a educação exigida pelos movimentos sociais: pelo direito à educação básica, onde questionaram por que educar o trabalhador do campo?

Ainda em 1998, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), como a seguinte perspectiva:

[...] é uma política pública de educação envolvendo trabalhadores(as) das áreas de Reforma Agrária. O PRONERA é um programa articulador de vários ministérios; de diferentes esferas de governo; de instituições e movimentos sociais e sindicais de trabalhadores (as) rurais para qualificação educacional dos assentados da Reforma Agrária (INCRA, 2004, p. 17).

Através deste programa e da luta dos Movimentos Sociais ligados a terra, Sindicatos e Universidades, muitos assentados têm retornado aos estudos na Educação de Jovens e Adultos, ou nos cursos de Graduação em diversas áreas do conhecimento, a exemplo dos seguintes cursos: Pedagogia da Terra, Licenciatura da Terra, Direito, entre outros.

Para que estes cursos aconteçam, há um constante trabalho de mobilização realizado pelas lideranças de associações nos assentamentos e movimentos ligados às questões da terra.

O Programa vem enfrentando um caminho burocrático e de resistência, principalmente no que se refere às questões ligadas à estrutura, aos recursos humanos e à certificação dos cursos. As parcerias institucionais, nesta jornada desde 1998, para garantir as condições de acesso às políticas públicas, continuam a ser conquistadas pela via da resistência e da mobilização para que os direitos, nela propostos, sejam de fato alcançados.

Quanto ao objetivo geral do Programa descrito no manual de operações, desenvolvido pelo (INCRA, 2004, p. 17) está proposto:

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dentre os objetivos específicos proposto pelo PRONERA, destaca-se:

garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados(as) e/ou assentados(as) nas áreas de Reforma Agrária; "garantir a escolaridade e a formação de educadores(as) para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária; "garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores (as) de jovens e adultos - EJA-e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária; "garantir aos assentados (as) escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento. (INCRA, 2004, p. 15).

O Programa dispõe ainda da responsabilidade de articular ações no intuito de: "promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo" (INCRA, 2004, p. 15).

O PRONERA tem propiciado grandes avanços para os assentados no intuito de fazê-los retornar aos estudos e do protagonismo da sua história de vida e escolar.

Aliado a isso, existe a responsabilidade que cada um destes estudantes dos cursos de Pedagogia da Terra, ou Direito, egressos dos assentamentos, ao participarem dos cursos, reconstruíram diversas aprendizagens, por exemplo: à continuidade de suas lutas; respaldando seus conhecimentos em prol dos assentamentos; seja na educação; nas áreas agrárias ou jurídicas; reforçando assim, o coletivo nos seus diversos assentamentos.

Buscando refletir sobre a escola para o povo que vive no campo, considera-se uma instituição importante, mas que sozinha não garante a educação, recorremos ao argumento de Caldart (2002, p. 26) quando afirma:

[...] é a luta do povo do campo por políticas públicas que garante o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Nesse sentido, é válido destacar que a busca por políticas públicas que garantam o direito à educação do campo vem sendo conquistada por meio de lutas dos povos do campo, os quais, organizados em Movimentos Sociais e Sindicais do campo, conseguiram sua inclusão na agenda de governos Municipais, Estaduais e também Federais.

A partir de então, a Educação do Campo foi incorporada a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, definida em seu Artigo 28, a qual deve ser uma educação diferenciada a respeito de suas particularidades.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I-Conteúdos e metodologias apropriadas, II- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas, III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 11).

Este tem sido um dos grandes desafios da Educação do Campo, que mesmo com respaldo legal não consegue adequar o calendário escolar às demandas das fases do plantio, colheita, fenômenos climáticos. Sendo assim, tanto crianças, quanto jovens e adultos, por necessidade de lidarem com o cotidiano da vida do campo e a burocratização submetida aos sujeitos do campo em seus currículos formatados, em seus calendários sem a sazonalidade, sem relação com o trabalho, as festas e as singularidades destes sujeitos, que evadem da escola, por não ter afinidade com a mesma.

Segundo Cecílio (2006, p. 46), a educação do campo precisa ser pensada nos seguintes aspectos:

1- Vincular as práticas de educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional. A educação do campo tem um compromisso com a vida, com a luta e com o movimento social que está buscando construir um país onde possamos viver com dignidade. [...] 2- Produzir uma proposta de educação básica do campo. A educação do campo, a partir de práticas e estudos científicos, deve aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo: tempos, natureza, mística da terra, valorização do trabalho, festas populares.

Entretanto, apesar de estar assegurada na lei, a educação básica no campo não tem sido delineada a uma estratégia educacional que vise à formação de identidade e desenvolvimento "no" e "do" campo. Aliada a ausência de uma proposta específica e

diferenciada, a realidade mostra ainda questões de precariedade dos espaços escolares, na infraestrutura, pessoal, pedagógica e outros.

A ideologia dominante, engendrada no neoliberalismo e no consumo desenfreado, não almeja que a Educação do Campo tenha o desenvolvimento necessário, pois para esta sociedade não há intenção de fixar o homem no campo.

A intenção dominante é a retirada dos sujeitos inseridos no campo, para oportunizar agronegócio, ou seja, áreas cada vez maiores destinadas ao plantio de monocultura, mão de obra para trabalhar com tais culturas é bastante reduzida, sendo substituída por maquinários de ponta, cujas tecnologias avançadas exigem mão de obra especializada. Esta trajetória faz parte da herança de uma sociedade que vem, cada vez mais, alargando a desigualdade social em nosso país.

A Educação do Campo proposta pelos movimentos sociais considera que o povo do campo tem uma identidade própria, fazendo-se necessário inserir estes nas discussões sobre a educação e a cultura camponesa no nosso cotidiano. Haje (2010, p. 10), referindo-se à escola do campo, ressalta:

[...] espaço em que vivem e convivem os sujeitos do campo pode constituir-se num centro de desenvolvimento cultural da comunidade, envolvendo a todos, sem exceção: crianças, adolescentes, jovens e adultos, estudantes, pais, lideranças e membros da comunidade nos processos de apropriação do conhecimento e participação coletiva na construção de uma sociedade inclusiva, democrática e plural.

Partindo das reflexões sobre a Educação do Campo, entre outros autores contemporâneos como Haje (2010), Arroyo (2003), Molina (2009), Caldart (2009), Fernandes (2009), muito se tem discutido sobre novas reconfigurações e conceitos sobre a educação pautada nos espaços do campo em que os movimentos sociais estão inseridos há várias décadas, reiterados como espaço de diálogos, através dos círculos de cultura, reuniões internas, mobilizações e lutas. Segundo Arroyo (2003, p. 37):

Uma das características dos movimentos sociais é que os coletivos são de todas as idades, gêneros e raças. As crianças e adolescentes, as mulheres entram em movimento, se expõem, vivenciam o risco, a repressão, a morte, frequentemente. Vivenciam as mesmas situações limites. Não ficam em casa ou na escola enquanto os pais se expõem nas greves ou se formam no trabalho. Essas crianças e esses adolescentes, jovens ou adultos que experimentam esse tenso limiar carregam para as experiências de educação formal ou informal suas vivências e aprendizados. O que fazer, ignorá-los ou incorporá-los?

Para que a educação, nesses espaços, tenha significado e pertencimento para seus principais atores: crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, moradores das zonas rurais em diferentes espaços, faz-se necessário respeitar suas especificidades, singularidades e culturas no espaço/tempo, na maioria das vezes desconsideradas. A escola do campo vivencia, através das gerações, cujas identidades são subjugadas e oprimidas, o contínuo descaso educacional, social, político e econômico, tornando este processo excludente e desigual.

4 REFORMA AGRÁRIA: BREVE CONTEXTO DA REGIÃO CACAUEIRA

"A tua liberdade camponesa, depende da tua união. A tua união depende da tua vontade. A tua vontade depende da tua necessidade. Por que a necessidade cria a vontade. Vontade cria a união. E a união cria a liberdade" (Francisco Julião: ABC do Camponês, 2006)



Momento de reunião de assembleia da Associação (2014) Fonte: acervo da pesquisadora

Este capítulo está dividido em três subtítulos, nos quais contextualizo e descrevo, em breves considerações, acerca da Reforma agrária, dos Movimentos Sociais e Assentamentos no contexto da Reforma Agrária, no cenário da região cacaueira.

4.1. Breves considerações sobre a Reforma Agrária na região cacaueira

Martins (1999, p. 6) adverte sobre a questão agrária no Brasil e, em especial, a Reforma Agrária propriamente dita.

Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque esta sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la. Temos uma questão agrária administrada, sob controle, em grande parte porque, mesmo na máxima exacerbação da luta dos que reivindicam a reforma agrária, ela não se revela comprometedora para o funcionamento dos diferentes níveis do sistema econômico e do sistema político.

Para este autor, as questões relacionadas à Reforma Agrária estão intrinsecamente ligadas a outras questões a exemplo da manutenção de classes sociais vulneráveis. Bauman (2005) denomina como "refugo humano" e de como o sistema político e econômico do país poderia lidar com estas questões. A classe dominante, entretanto, não está preocupada com o futuro dessa população, mas em como minimizar a participação e protagonismo social dos sujeitos engajados na reforma agrária.

Mas do que conhecer sobre o tema é preciso refletir, questionar:

O que é a questão agrária no Brasil de hoje? Afinal de contas, o que justificaria a necessidade de uma reforma agrária e, de qual reforma agrária? O empenho é muito mais acentuado na resposta a um problema que se supõe definido do que na pergunta que poderia definir o problema a ser resolvido (MARTINS, 1999. p. 10).

Ao destacar a presença da Pastoral da Terra, da Igreja Católica, Martins (1999, p. 7) propõe a seguinte reflexão sobre o papel da Igreja nas questões relacionadas à reforma agrária:

A Igreja passava a pensar alternativas no sentido da preservação da unidade familiar de produção, do trabalho familiar e da família, trabalho familiar que incluía o trabalho não autônomo dos colonos das fazendas de café no Sudeste e dos moradores das fazendas de cana de açúcar no Nordeste, cuja continuidade era comprometida pelas migrações para o meio urbano.

Para entendermos a missão que a Comissão Pastoral da Terra - CPT - tem desenvolvido junto aos trabalhadores que lutam pela terra, recorremos ao texto elaborado, em novembro de 1998, por agentes participantes da CPT: "reafirma seu caráter pastoral e retoma, com novo

vigor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria".

- 1. Nos seus processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais);
- 2. Nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade;
- 3. Na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da "terra sem males (Texto aprovado durante o I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa, em 2001).

Com a crise da lavoura na região cacaueira, trabalhadores rurais e pessoas advindas de outros Estados não tinham mais a lavoura como forma de empregabilidade. Vários movimentos da região começavam a juntar coletivo de trabalhadores na busca de sua organização, tendo como perspectiva a luta e a concretização da reforma agrária.

Compreender este processo educacional é, antes de tudo, valorizar o homem e seu modo de vida, trabalho, cultura e práticas cotidianas, dimensões que devem ser entrelaçadas na/para a construção de um sujeito protagonista de sua história e de seu estar no mundo, como afirma Freire (1997).

Entender, então, o papel dos movimentos sociais em seus distintos aspectos identitários, revolucionários, resistentes, culturais, econômicos, políticos e religiosos, implica em perceber, principalmente, quais as funções sociais, educativas e emancipatórias constituem as dinâmicas de promoção da inclusão social.

4.2 Assentamento: cenários da região cacaueira

Para compreender o contexto dos assentamentos na região cacaueira, iniciarei com um breve histórico de Ilhéus, iniciando com a doação das terras à Capitania Hereditária São Jorge dos Ilhéus, até a fundação dessa cidade.

A doação das terras está demarcada na história do Brasil e contada em livros didáticos, romances e em obras acadêmicas. A obra de Barros (2004) demarca a Capitania de Ilhéus, com o primeiro donatário Jorge de Figueiredo, proferida por Mem de Sá, governador, e Braz Cardoso, ouvidor geral e Provedor Mor do Brasil. D. João III, doou esta capitania por Carta Régia de 25 de abril de 1534, que, por não vir pessoalmente povoá-la, mandou em seu lugar Francisco Romero.

Este mesmo autor confirma que foi Francisco Romero, através dos muitos homens ricos de Lisboa, quem mandou construir e fabricar, nestas terras, diversos engenhos de açúcar, e assim, a capitania prosperou. Durante todo este período de instalação dos engenhos na região, ocorreu a resistência, por parte dos povos tupiniquins que aqui habitavam a região, para que suas terras não fossem ocupadas.

Mais adiante, foi Jorge Figueiredo que sucedeu a capitania de Ilhéus e passou ao seu filho Jerônimo Alarcão, que a vendeu a Lucas Giraldes, chegando este, a ter oito engenhos de açúcar, todos muito prósperos. Entretanto, a história mostra que os movimentos de resistência continuavam e cresciam com a presença de outra etnia - os Aymorés, índios que aqui viviam.

Donatários aos sucessores, a Capitania foi sendo transferida de Lucas Giraldes para a Condessa Helena de Castro, que, por fim, constituiu—se em sesmarias. Estas foram entregues aos donatários e às nações indígenas que lutavam por suas terras.

Os Padres Jesuítas que vieram ao Brasil em missão para a evangelização dos indígenas, a fim de domesticá-los, como se fossem "animais de estimação", tornando—os obedientes para o trabalho escravo, não obtiveram o êxito esperado, pois ocorreu uma significativa rebelião dos povos Aymorés que travaram duras batalhas nesta região.

A partir dessa rebelião, outros governos foram, então, se constituindo e todos acabavam enfrentando fortes revoltas das nações indígenas. Por conta disso, optou-se por trazer escravos do continente africano, para o trabalho dos engenhos na região, conforme obras que tratam da história do surgimento do Brasil e da Bahia.

Ilhéus foi reconhecida como cidade em 28 de junho de 1881, pelo Marquês de Paranaguá. "O governo brasileiro doava terras a quem quisesse plantar cacau. Vieram sergipanos e pessoas fugidas da seca do nordeste, do próprio estado e de todo lugar. Em dez

anos a população cresceu de uma forma explosiva, plantava-se cacau em abundância, e a região mudou seu aspecto".

A maioria das estórias e prosas sobre a história da origem do município de Ilhéus foi contada pelo romancista Jorge Amado, que eternizou, em "causos", as belezas do Sul da Bahia e de seus personagens lendários, como coronéis e lavradores, relatando as belezas naturais da região, as tocais¹³ aos colonos da região presentes ainda na memória das histórias dos antigos moradores, que recordam as disputas de poder, pelo domínio e expansão de terras que continham os "frutos de ouro", isto é, o cacau.

Ilhéus está dentro da Zona Cacaueira, segundo Milton Santos (1955), em seu livro *Zona do Cacau*. Essa definição ocorreu através de uma análise estatística do total de produção e do percentual desta produção no Estado, envolvendo 15 municípios. Ilhéus encontra-se em primeiro lugar, devido a diversos fatores: relevo apropriado, solo, condições climáticas propícias como temperaturas, umidade do ar e precipitação de índice pluviométrico ideal ao cultivo do cacau, além de possuir zona portuária, capaz de atrair a produção de outras regiões.

Santos (1955, p. 16), na obra Zona do Cacau, descreve e analisa um estudo geográfico sobre Ilhéus como zona cacaueira, juntamente com os municípios de Belmonte, Cairu, Camamú, Canavieiras, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá, Ubaitaba, Una e Valença.

Para o referido autor, o que "cria- se, assim [...] ao lado da zona cacaueira e em função desta região cacaueira, [...] pelas trocas comerciais, e de toda natureza, cada dia mais intensas" (SANTOS, 1955, p. 18).

Após várias décadas de extensa produção e da definição de uma região com intensa migração de pessoas, a região próspera devido a sua alta produção, nas roças de cacau, com mercado de trabalho em expansão, comércio definido por Jorge Amado como "tempos áureos do cacau", crises também não faltaram e a região conviveu com períodos de declínio, tanto na produção quanto na ascensão da região e de sua população.

O que ocorreu com mais intensidade na região de Ilhéus, no Sul da Bahia, entre as década de 1980 e de 1990, foram mudanças no cenário econômico e agrário, ocasionadas por uma praga devastadora à região cacaueira, conhecida popularmente por "vassoura de bruxa¹⁴".

¹³Tocaias; significado das emboscadas ocorridas com pequenos fazendeiros na região cacaueira no século XIX,

¹⁴O termo vassoura-de-bruxa é aplicado a um tipo de doença ou sintoma de doença de plantas em que ocorre um desenvolvimento anormal do tecido meristemático ou super-brotamento. Embora a vassoura-de-bruxa ocorra em muitas espécies de plantas de famílias diferentes e possa ser causada por diversos tipos de patógenos (vírus, fitoplasmas ou fungos), a mais conhecida dentre elas é a que afeta o cacaueiro. Cientificamente denominado de *Crinipellis perniciosa*, foi um causador do declínio da lavoura cacaueira pela destruição do fruto cacau, na região

Essa doença se propagou na lavoura do cacau, trazendo consequências irreversíveis, tais como: "intenso êxodo rural, degradação dos recursos naturais renováveis, desvalorização patrimonial, endividamento dos produtores e empobrecimento da população regional" (ROCHA, 2008, p. 76).

Outra consequência forjada a partir do êxodo rural foi o aumento de acampamentos¹⁵ de trabalhadores sem teto e sem-terra, originando vários assentamentos no sul da Bahia. Esses trabalhadores passaram a intensificar as lutas e as constantes mobilizações pela desapropriação de grandes fazendas, em sua maioria abandonadas, devido à degradação da lavoura do cacau e pela decadência que assolou a região do município de Ilhéus.

Sem dúvida, a crise da "vassoura de bruxa" e as consequências econômicas, consideradas devastadoras pelos estudiosos e pesquisadores da área, foi um dos grandes detonadores de um processo de ocupação de terras e de luta pela reforma agrária na região.

Entretanto, as mobilizações provocadas pelos acampados não foi um movimento aceito de maneira natural pelos donos das antigas fazendas, principalmente pela arraigada cultura coronelista dos fazendeiros, acostumados à servidão dos trabalhadores rurais, que viviam do trabalho na roça, sem recurso e endividados no armazém¹⁶, cujos donos eram na maioria, os seus próprios patrões.

É necessário demarcar o espaço da pesquisa como assentamento rural, muito embora esse espaço tenha um caráter híbrido, pois tem íntima relação com o urbano, devido a sua localização geográfica: situa-se a poucos quilômetros de duas cidades de médio porte, Ilhéus e Itabuna, numa região com características metropolitanas.

No Brasil, a questão da Reforma Agrária está no rol das discussões desde os anos de 1950 e 1960. Com o Golpe Militar no ano 1964, o Estado regulamenta com o Estatuto da Terra a Lei que institucionalizou as disposições acerca das questões agrárias em 30 de novembro de 1964, no Artigo 1º: "os direitos e obrigações concernentes aos bens e imóveis rurais, para fins de execução da reforma Agrária e promoção da Política Agrícola" (LEGIS, 1979, p. 3).

Os assentamentos rurais iniciaram com a mobilização dos movimentos sociais, duramente reprimidos, entre os anos de 64 aos anos 80. A partir da precarização das condições

Sul da Bahia (Fonte: Nota Técnica. Abril de 2009. Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações).

¹⁵ Acampamentos são espaços de luta pela terra. Ver Dicionário da Educação do Campo(2013).Organização de Roseli Salete Caldart.

¹⁶Local de venda de produtos alimentícios.

de trabalho, desemprego em massa e exclusão social, a classe dos trabalhadores inicia, no Brasil, uma busca para o fortalecimento por melhores condições de vida e trabalho.

Esta organização política retorna nos anos 1980, sendo a reforma agrária a palavra de ordem, com a efervescente resistência da sociedade em busca de terra e de um novo projeto de sociedade.

De acordo com Leite (2013, p. 109), definido no Dicionário da Educação do Campo:

[...] no Brasil o termo assentamento rural esteve atrelado, por um lado a atuação estatal direcionada ao controle e a delimitação do novo 'espaço' criado e por outro, às características do processo de luta e conquista de terra empreendida pelos trabalhadores rurais.

Na instrução normativa, datada de 30 de março de 2004, o INCRA define como assentamento:

[...] Um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento o territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implantação dos sistemas de vivencia e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social, cultural do trabalhador rural e de seus familiares (BRASIL, 2004, p. 18).

O processo de ocupação de terras nos assentamentos, na região Sul da Bahia, foi constituído através de muitas lutas e reivindicações pelos trabalhadores rurais. Desenraizados da terra, saindo das fazendas, por falta de trabalho, devido à falência da lavoura, buscavam alternativa nas cidades, onde hoje se formam os bolsões de pobreza, moradores nas encostas, nas margens de rios e manguezais, no município de Ilhéus.

Dessa forma, muitos homens, mulheres, idosos e crianças, mesmo antes da crise causada pela "vassoura da bruxa", ainda na década de setenta, com a passagem da BR 101 e suas intrarregionais na região cacaueira, iniciaram uma migração interna das fazendas em direção a recantos e refúgios da periferia, entre os municípios de Ilhéus e de Itabuna.

Muitos destes trabalhadores acostumados à lida dos cacaueiros, durante muito tempo, entre os desencaixes e as novas reconfigurações, perderam suas referências da terra, e, consequentemente, ficaram à mercê do desemprego diante da nova configuração econômica da região. Reconfiguração esta que os desloca da condição de trabalhadores rurais das fazendas

para a condição de novos donos de suas próprias terras, na reforma agrária que teve início na região nos anos 80.

Nos meados de 1989, a queda da colheita foi drástica e a doença se propagou, destruindo, assim, milhares de pés de cacau que apresentavam a doença, os quais foram queimados. Este fato ocasionou um colapso na região, refletido até os dias de hoje. Buschbacher (2008, p. 12) descreve esse processo de início e consolidação da crise:

Os trabalhadores rurais perderam seu emprego em grande escala, com grande aumento da miséria e inchaço dos bolsões de pobreza nas periferias das cidades da região. O processo de deslocamento de grande número dos trabalhadores assalariados contribuiu para aumentar a pressão pela reforma agrária. Um pouco mais tarde, a crise levou à diminuição do valor da terra na região e um aumento na disponibilidade de terras, o que levou à intensificação do processo de reforma agrária.

O processo de deslocamento populacional, nos tempos áureos do cacau, ocorreu da região norte e nordeste para o Sul da Bahia, com a destruição das lavouras, devido à vassoura de bruxa, conforme mencionado. Com isso, iniciou-se, nas fazendas, o êxodo rural, com a falta de trabalho e de recursos para o pagamento dos trabalhadores e para o manejo nas roças de cacau.

Com toda esta decadência na região, ocorreu um período de fortes pressões, nas várias esferas do governo, para que a Reforma Agrária se constituísse num caminho para que esta população migrante e sem destino, andarilhos de fazenda em fazenda, pudesse retornar para a terra, agora não mais como empregados, mas sim como proprietários, já que muitas fazendas estavam abandonas na região cacaueira.

Um movimento de trabalhadores rurais e movimentos sociais ligados a terra na região Sul da Bahia, como o Movimento de Luta pela Terra- MLT e Movimento de Libertação dos Sem Terra-MLST, recrutavam as pessoas para se cadastrarem e, juntos, pressionarem os fazendeiros a aceitarem a mudança na negociação das fazendas, junto ao INCRA, para novos sujeitos do campo, os sem- terra, já que muitas fazendas penhoradas pelos bancos, para que os fazendeiros quitassem suas dívidas.

Fazendeiros cacauicultores, coronéis imponentes, da região Sul de Ilhéus, não imaginariam que iriam disponibilizar suas fazendas para que fossem destinadas à Reforma Agrária, a fim de que seus próprios trabalhadores fossem donos de seus casarios. Mas, foi o que ocorreu com muitas fazendas produtoras de cacau.

A partir dessas consequências na vida dos trabalhadores, e com a sua organização em defesa do direito à terra, manifestado na luta pela reforma agrária, aliado aos outros direitos, o movimento pela reforma agrária fica fortalecido e passa a dar alguns passos rumo sua consolidação na região cacaueira. Para os trabalhadores em assentamentos, a necessidade de uma organização mais estrutural é uma consequência necessária para dar continuidade à luta.

De acordo com dados do INCRA (2014), publicados no painel dos assentamentos da Bahia, 647 assentamentos estão inseridos nos Territórios de Cidadania. No Território do Litoral Sul, existem muitos assentamentos dentre os quais, doze estão situados em Ilhéus, conforme tabela a seguir:

Tabela 6: Informações sobre assentamentos no Território Litoral Sul, em Ilhéus

NOME PA	MUNICÍPIO	CAP ACI - DA DE	FA M.A SSE NT AD AS	ÁREA PA	DATA CRIAÇÃO	FASE PA	TER. CIDA DANI A
PAConju ntoBom Gosto	Ilhéus	40	37	431.3063	09/09/1999	Ass. Criado	Litoral Sul
PAFábio Henrique Cerqueir a	Ilhéus	30	28	269.86	25/07/1996	Ass. Criado	Litoral Sul
PAJosefa Vitória	Ilhéus	22	22	180.83	04/08/1998	Ass. Criado	Litoral Sul
PA São Bento	Ilhéus	16	14	235.4819	18/03/2005	Ass Criado	Litoral Sul
PARessu rei Cão	Ilhéus	35	35	538.4417	15/10/1998	Ass. Criado	Litoral Sul
PA Joao Amazonas	Ilhéus	65	73	833.2629	02/08/2004	Ass. EmEstrutu -ração	Litoral Sul
PACosm e Muniz	Ilhéus	40	35	423.991	17/12/1997	Ass. EmEstrutu -ração	Litoral Sul
PA Nova Vitória	Ilhéus	36	36	580.7954	12/04/2000	Ass. EmEstrutu -ração	Litoral Sul
PADoisIr mãos	Ilhéus	25	22	461.8727	12/04/2000	Ass. EmEstrutu -ração	Litoral Sul
PA Frei Vantuy	Ilhéus	47	47	476.4368	12/04/2000	Ass. EmEstrutu -ração	Litoral Sul

PA Dom	Ilhéus	26	26	241.07	18/12/2002	Ass.Em	Litoral
Helder						Instalação	Sul
Câmara							

Fonte: INCRA- Painel de assentamentos (2014).

Dados informações sobre assentamento no Território Litoral Sul. Tabela Formatada pela pesquisadora.

Observando a tabela acima, nota-se, com a posse da terra na região cacaueira, que a conquista foi iniciada nos anos de 1987 e o INCRA definiu algumas categorias para denominar as Fases do desenvolvimento nos assentamentos:

Pré-Projeto de Assentamento; Assentamento em criação; Assentamento Criado; Assentamento em Instalação; Assentamento em Estruturação; Assentamento em Consolidação; Assentamento Consolidado; Em Obtenção; Assentamento Cancelado e Assentamento Revogado (MDA, INCRA, 2014).

Na região do Território Litoral Sul, os assentamentos estão nas seguintes fases: Em Estruturação, Em Instalação e Criado. Há uma variação entre o tamanho das áreas demarcadas e a quantidade de famílias assentadas. No Frei Vantuy, contexto desta pesquisa, a quantidade de famílias já está finalizada, entretanto, somando-se as áreas comunitárias, as reservas legais; vicinais, os lotes são de tamanho pequeno para as famílias.

Devido ao tamanho dos lotes de 6,0; 7,0 e 8,0 hectares das áreas individuais tem-se discutido, no assentamento, a necessidade de se criar alternativas de subsistência para que as famílias possam agregar valor aos produtos plantados, tais como: o cacau, a mandioca e as frutas; aliado a estes fatores, a região não tem cultura de plantio de hortaliças.

4.3 Movimentos Sociais

Para um entendimento de como se configura a presença dos sujeitos inseridos nos movimentos sociais, recorremos à pesquisadora Gonh (2011, p. 16) que propõe a seguinte perspectiva:

O movimento social é expressão máxima do sujeito coletivo em ação. Este sujeito só se realiza no coletivo, interagindo com o outro, trocando e confrontando subjetividades, num processo de inter-subjetividade [...] Quando confrontados uns com outros, quando relacionados por redes solidárias ou de pertencimento cultural, estes sujeitos individuais constroem o sujeito coletivo. Os movimentos sociais são um dos principais sujeitos coletivos porque eles são fonte de inovação e matrizes geradoras de saberes.

A autora chama a atenção sobre os sujeitos coletivos que estão nestes movimentos e a importância de sua participação na sociedade, no fazer político, o que traz à tona questões referenciais na perspectiva de uma cidadania crítica e reivindicatória de seus direitos civis.

Dessa forma, os sujeitos engendrados nos movimentos sociais são forjados na coletividade construída no movimento. A compreensão de movimentos sociais, portanto, para Boneti (2007, p. 56), por sua vez é: "uma manifestação coletiva, organizada ou não, de protesto, de reivindicação, luta armada ou como um simples processo educativo". O autor defende que o movimento inicia a partir de um fato histórico e busca a construção de uma nova ordem social.

Melucci (1989, p. 57) define os movimentos sociais do seguinte modo: "como forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação". Segundo este autor, confundem-se, empiricamente, delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado à massa com "movimentos" e "protestos".

Gohn (2011, p. 333) demarca que o entendimento sobre os movimentos sociais está na forma como se configuram suas ações. Sendo assim, afirma: "nós o encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas da população se organizarem e expressarem suas demandas".

O caráter educativo dos movimentos sociais é destacado por Gohn (2011, p. 334) sob diferentes dimensões: a dimensão da organização política, da cultura política e da espacial-temporal.

A dimensão da Organização política refere-se à consciência adquirida através do reconhecimento dos direitos e deveres dos indivíduos na sociedade; a dimensão da cultura política perpassa pelos conhecimentos adquiridos no acúmulo da experiência dos movimentos sociais tendo como víeis de aprendizagens as questões educativas e a pedagógicas e a dimensão espacial temporal trazendo a perspectiva de construção deste saber popular, e a articulação do saber científico no espaço de referência dos movimentos sociais de espaço e tempo no imaginário popular.

Ao discorrer sobre a trajetória dos movimentos sociais, esta autora analisa a crise dos movimentos populares dos anos 1990, desencadeada por múltiplos fatores: a crise econômica do país; o desemprego; os fatores internos nos movimentos, que podem ser configurados como as divergências teórico-metodológicas e ideológicas, entre a base do movimento e suas lideranças e assessorias; e, finalmente, a ausência de uma filosofia que garantisse a liberdade de expressão.

Ao refletir sobre a gama de movimentos e a dinâmica de inserção da sociedade civil, nos anos de 1980 e de 1990, conforme a discussão provocada por Gohn (2011), percebe-se o papel fundamental das organizações coletivas.

As conquistas no aspecto educacional destacam-se, ainda, como instrumentos que conduzem à reflexão da sociedade civil sobre diferentes aspectos na construção de uma cidadania almejada e concreta, de fato, para toda a sociedade brasileira. Aliem-se a estas demandas, as mobilizações e proposições da pauta por outros direitos, como a moradia e a saúde.

Desse modo, seja pela forma de organização, seja pelos conteúdos de suas pautas de reivindicação e mobilização na sociedade, é reconhecida a importância dos movimentos sociais e de seu papel desempenhado na sociedade. Os assentamentos caracterizam assim, em seus coletivos, justamente na união dos sujeitos para diferentes demandas, sejam pela posse da terra e/ ou para conquistas de seus direitos negados pela sociedade.

É notório, entretanto, que na atual realidade das conquistas da modernidade não se atingiu os substratos dos marginalizados, explorados, perseguidos, desempregados e todos que permanecem à margem, já que nem sequer chegaram perto do acesso à informação básica, de seus direito de cidadão, como propõe a Constituição Federal: direito à moradia, educação, saúde, entre outros.

Em se tratando de refletir sobre a relação com a modernidade e as práticas engendradas nos movimentos sociais, Gohn (2011, p. 4) afirma.

[...] com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em "fazeres propositivos" (GOHN, 2011, p. 4).

No livro intitulado Movimentos sociais e Educação (GOHN, 2012), a autora relata sobre as questões ligadas aos movimentos sociais e à educação, traçando uma trajetória histórica dos movimentos na interface com a questão da cidadania. A cidadania do século XIX diz respeito a todos, incluindo as massas, entretanto, sua finalidade seria de discipliná-los, para mantê-los em harmonia no convívio social.

Dentro destes sujeitos coletivos, encontram-se as principais formas de organização popular no Brasil que se agregam em três formas básicas de demandas populares: as associações de moradores de bairros; as associações de favelas e as lutas e movimentos específicos de

moradia. Estas organizações, apesar de terem objetivos semelhantes, possuem origens, demandas, articulações e relações diferenciadas na busca de suas reivindicações.

A crise dos movimentos populares dos anos 90, desencadeada por múltiplos fatores entre eles a crise econômica do país, o desemprego, fatores internos nos movimentos como as divergências teórico-metodológicas e ideológicas, entre a base do movimento, suas lideranças e assessorias.

Para Gohn (2012), as possibilidades de mudanças destes aspectos negativos que desencadearam a crise na luta de uma conquista progressiva, com avanços e retrocessos, mas pautados em uma cultura política de participação plena dos indivíduos.

Ao refletir sobre a gama de movimentos e da dinâmica de inserção da sociedade civil nos anos 1980 e 1990, observa-se o papel fundamental das organizações coletivas de bases e o quanto estas desencadeiam proposições, reivindicações e demandas que necessitam da intervenção do poder público, o qual é forçado, em dados momentos da história, a se posicionar e agir na sociedade. As conquistas no aspecto educacional foram e ainda é o viés que tem conduzido a reflexão da sociedade civil sobre diferentes aspectos na construção de uma cidadania ainda almejada para toda a sociedade brasileira.

A sociedade moderna produz muita competição, incentivo ao consumo exacerbado e exclusão social, pois propõe um padrão de pessoas em que não estão incluídos os pobres, os negros e os índios, por exemplo.

Este processo de desumanização é abordado por Nascimento (2014). O autor chama atenção para a questão da insensibilidade da sociedade moderna e da desumanização frente ao outro: espaços de segregação e exclusão social, que deixam às margens grande parte da sociedade, incluindo apenas um grupo seleto de pessoas com bens econômicos sólidos, sendo que a oportunidade de acesso a padrões dignos de vida não perpassam pelas classes desfavorecidas. Nesse sentido, é preciso pensar como nos propõe Freire (2005), na obra Pedagogia do Oprimido:

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre sua condição concreta, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz a prática (FREIRE, 2005, p. 59).

E foi justamente nesta condição de pensarmos "com" e não "para" o outro que o autor sempre propôs o diálogo entre os diferentes grupos sociais, seja nas associações de moradores,

nas assembleias das comunidades, na rua, em busca de sua condição de "ser mais" (FREIRE, 2005).

A militância é fundamental no processo de libertação e de muitas reivindicações, mas ela sozinha não faz frente às "armas" utilizadas pela hegemonia dominante. É necessário ter uma visão de mundo, com consciência de todas as consequências que o capitalismo traz para a opressão das minorias, pois só assim vislumbra-se a possibilidade de sair da condição de opressão e exploração, como mão de obra barata.

Não há diálogo entre o Estado e as minorias, há demarcações de espaço de poder. Para Boneti (2007), torna-se simplista também entendê-lo como uma instituição regida pela lei, a serviço de todos os segmentos sociais. O papel do Estado na nova ordem global configura-se dentro.

[...] do contexto social, econômico, e político, originada com o processo de globalização da esfera econômica, impôs elementos novos nas relações entre estado e sociedade civil. Neste caso torna—se impossível pensar que a formulação das políticas públicas é pensada unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o estado fosse uma instituição neutra (BONETI, 2007, p. 64).

Entretanto, para Boneti (2007), inspirado na leitura de Poulantzas (1990), existem outras forças de associadas além da classe dominante, como organizações e frações de classes. Quem fomenta estas políticas direcionadas no contexto global para expansão de relações capitalistas mundiais, com instituições financiadoras, a exemplo do Fundo Monetário Internacional – FMI e a Organização Mundial do Comércio - OM, impondo então as regras de mercado que mais lhes interessam.

Neste sentido é que os movimentos sociais, através de suas diferentes identidades, têm tentado mobilizar a sociedade civil em torno de pautas sociais, na conquista de direitos, embora estes direitos estejam estabelecidos legalmente, porém desrespeitados pela sociedade: o direito à educação; emprego; terra; saúde e tantas outras demandas.

Portanto a função social, educativa e emancipatória devem estar pontuadas na atuação dos movimentos sociais, em favor de uma parcela da sociedade, muitas vezes excluída e vulnerável, no sentido de propiciar a autonomia e consciência reflexiva aos sujeitos inseridos nesta sociedade

5 OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO ASSENTAMENTO FREI VANTUY

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico – social de estar no mundo de mulheres e homens, faz parte da natureza humana que dentro da história, se acha em permanente processo de tornar – se. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança [...] (FREIRE, 2001, p.13)



Barcaça de cacau no assentamento Frei Vantuy (2014) Fonte: acervo da pesquisadora.

Este capítulo, organizado em subtítulos, aborda as categorias que emergiram a partir do trabalho de coleta de dados, realizado com entrevistas e na observação do Assentamento. Os movimentos da pesquisa de campo elucidaram o cotidiano dos assentados, trazendo à tona sua construção educacional na perspectiva de uma emancipação, conforme propõe Freire (2005), Brandão (2007), Nascimento (2013), Arroyo (2003, 2009), Caldart (2008, 2009, 2013), que pesquisam sobre a educação dos sujeitos do campo em diferentes contextos, em espaços rurais ou urbanos.

5.1 Da fazenda Bom Gosto III ao Assentamento Frei Vantuy hoje

Atualmente, o assentamento Frei Vantuy, localizado à beira da BR 415, Rodovia Ilhéus-Itabuna km 10 é composto por 47 famílias, totalizando 249 moradores, que dividem as terras para o trabalho rural e para residirem.

Figura 11: entrada do assentamento na BR 415

Assentamento Frei Vantuy, a beira da BR 415.

Fonte: Acervo da pesquisadora

O atual nome do assentamento surgiu como uma homenagem ao Frei Vantuy, *in memoriam*, devido à intervenção do religioso nos momentos de conflitos vivenciados pelos acampados, até conseguirem a posse da terra definitiva. Tivemos essa informação através do relato de um assentado. Sendo assim, do nome de Fazenda Bom Gosto III o Assentamento passou a ser chamado de Frei Vantuy:

Frei Vantuy era capuchinho, morava em Jussari, e fazia parte da Comissão Pastoral da Terra, junto com frei Chico, que era da Diocese de Ilhéus, foram os mediadores dos primeiros conflitos [...] com a morte do Frei Vantuy, nós perdemos contato com eles e por ter sido uma morte tão trágica, nós demos o nome do assentamento, que é assentamento Frei Vantuy, na verdade (Assentado G, 2014).

A organização, propriamente dita, do assentamento foi iniciada com o cadastramento de pessoas que estavam em situação de desemprego devido à crise da lavoura cacaueira. Segundo

uma das assentadas, as pessoas que se cadastraram foram se multiplicando através de uma rede de conhecidos que de "boca em boca", foram convidando outros conhecidos para participar das reuniões.

O período de negociações, segundo os moradores mais antigos antecedeu à entrada dos acampados¹⁷, conforme relato da assentada R:

a gente não tinha ainda acampamento, ai a gente vinha, tinha reunião no casarão, do lado ai, aqui dentro moravam três famílias que eram: o administrador, o filho dele e um outro trabalhador da fazenda (R. Assentada R, 2014).

Sobre isso, é importante evidenciar o relato de uma trabalhadora assentada quando fala de um dos antigos trabalhadores da fazenda:

Seu Manuel Bomfim quando pedia ao INCRA a fazenda já não fazia mais parte do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), só que ele... Ele já tinha saído do MLST, mas pra pedir a fazenda, ele tinha que pedir em nome de um movimento, ele não podia pedir em nome de uma pessoa física dele (Assentada R, 2014).

Porém, segundo a assentada R, eles não sabiam que precisavam de um movimento que os representasse. Após ter o cadastro de um grupo de pessoas para fazer parte do projeto de Reforma Agrária da Fazenda Bom Gosto III, a comissão formada por homens e mulheres foi ao INCRA para perguntar como eles se cadastrariam para ter a posse da terra. Nesse contexto, foi solicitado ao grupo que informasse em qual movimento social eles seriam cadastrados:

"[...] ai a gente ficou dizendo, não, nenhum. Ai o pessoal ficava tirando onda com a gente lá, no INCRA em Salvador, Ai ficava " Ói fulano venha ver, fulano, ói tão aqui igual pássaros, igual, tudo vuando, tudo solto aqui ó, tudo naquele filé, um filé daquele e eles estão soltos aqui ó", ai, " Mas porque vocês não tão com movimento?" Para nós não precisava ter um movimento na frente, mas tendo um povo cadastrado seria o importante (Assentada R, 2014).

Quando o funcionário do INCRA diz "um filé", ele refere-se à terra, como um dos locais cobiçados entre os fazendeiros, pela sua localização à beira da BR 415, que liga Ilhéus e Itabuna, com fácil acesso, além de ser uma área bem preservada de remanescente de Mata

_

¹⁷ Famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. Ver Dicionário da educação do campo.Organizado por Roseli caldart, isabel Brasil pereira, Paulo Alentejano e Gaudencio Frigotto.3ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politecnica da Saúde Joaquim vewnancio, expressão Popular, 2013.

Atlântica e com plantio de cacau, mesmo com boa parte da lavoura tendo sido devastada com a vassoura de bruxa.

Todo este caminho trilhado pelo grupo cadastrado iniciou com 100 pessoas, mas, depois de alguns meses de tentativas para conseguirem a terra sem retorno positivo, muitos foram desistindo de esperar pela posse da terra, por não acreditarem que conquistariam a Reforma Agrária naquela região.

Segundo uma assentada, o frei Vantuy, da Pastoral da Terra, foi chamado por diversas vezes para intermediar o diálogo entre os acampados e a polícia fortemente armada a mando dos fazendeiros, que não se conformavam com a ocupação dos sem-terra.

Houve uma emboscada para ocupar a terra liderados por um grupo. Um caminhão de pessoas chegou à noite, derrubaram todos no assentamento para a emboscada. Tinha uma forma de chamar a atenção dos outros: era com o sino que a gente chamava, um ferro, que quando alguém via algum barulho, vinham todos para o lado de cá da fazenda, porque tem a sede da fazenda do outro lado da BR. O Frei intercedeu e foi chamado pelo INCRA, teve uma reunião na catedral com a associação, o INCRA e o MLST. Na reunião ficou acordado, na Ata, que o MLST não iam querer a terra, 100 pessoas inscritas, mas a seleção do grupo foi para quem estava no dia a dia da luta: ficaram 39 famílias no início, mas o INCRA ainda não tinha fechado a portaria, depois em outra gestão a de M. ela pediu ao INCRA para fechar com 47 famílias (Assentada R, 2014).

Este foi um processo de idas e vindas com a sociedade ilheense, conflitos pela posse da terra, pois a Reforma Agrária sempre foi conquistada por meio de reivindicações, mobilizações e resistência em todo o país, aqui na região cacaueira não foi diferente. Como afirma Bergamasco e Norder (2006, p. 203):

[...] a luta de trabalhadores rurais sem-terra que migravam pelas várias regiões do país e que, a partir de meados dos anos 80, passaram a procurar nos movimentos sociais politicamente organizados um novo caminho para alcançar seu retorno ao campo.

No assentamento Frey Vantuy, a luta dos trabalhadores rurais na região cacaueira também foi a busca pela terra, com a organização de grupos que somariam esforços em torno da reivindicação de terras abandonadas por motivo de dívidas e protestos dos Bancos financiadores, devido aos altos empréstimos efetuados pelos Fazendeiros na tentativa de salvar a lavoura cacaueira. No entanto, foi em vão, devido à perda da lavoura de cacau causada pela vassoura de bruxa.

Utilizo-me do relato de uma trabalhadora assentada ao tratar do processo de ocupação inicial da área do assentamento:

Aí a gente [...] tinha reunião no casarão, do lado, enquanto o INCRA ficava fazendo a vistoria, a gente ficava fazendo a reunião, ai primeiro por quinzena, depois semanal ai a gente fazia reuniões no casarão (Assentada R, 2014,).

Neste processo coletivo das reuniões foram iniciados os diálogos, algumas desconfianças, conflitos e os debates aconteciam assim mesmo. Como a Reforma Agrária não era vista com bons olhos pela sociedade local, surgiu um mal estar até entre as pessoas envolvidas na ocupação da terra, pois desconfiavam que não pudessem ter a posse definitiva da terra.

O relato dos participantes desta pesquisa confirma essa desconfiança, devido à falta de credibilidade de que realmente a terra viesse a ser distribuída:

É porque não tinha muita credibilidade, que naquela época, a mídia falava muito mal da Reforma Agrária. Aí as pessoas tinham medo, e, também, tanto o administrador, como seu M, né, que era um trabalhador de mais de trinta anos aqui dentro, eles ficavam assim falando para as pessoas "Que nada, O homem vai vender isso aqui pra sem-terra nada". Aí muitas pessoas acreditavam nisso e num quiseram retornar (Assentada R, 2014).

Durante este tempo de espera, que durou três meses entre a saída da fazenda e o acampamento na beira do rio na Vila Cachoeira, perto da fazenda, enquanto a negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária—INCRA se resolvia, foram momentos de muita luta sob as lonas de plástico, segundo o relato dos assentados.

De acordo como o depoimento de uma assentada, o Frei Vantuy, representante da Pastoral da Terra, foi chamado por diversas vezes para intermediar o diálogo entre os acampados e a polícia fortemente armada a mando da filha do fazendeiro dono da terra, que não se conformavam com a ocupação dos sem-terra, porém a decisão de negociar a terra para fins de Reforma Agrária já havia sido tomada e encaminhada a documentação junto ao INCRA pelo Sr P.

Ocorriam, então, os grandes embates entre a desocupação dos sem-terra, por mandado judicial, e a ida para o acampamento na Vila Cachoeira, do outro lado na BR 101, perto da sede da Fazenda Bom Gosto III.

O período de espera da oficialização do INCRA para a posse da terra pelos assentados foi de três meses, segundo eles. Durante esse tempo, muitos dos sem-terra desistiram, pois não

acreditavam que, em uma região com forte poder coronelista, eles teriam realmente chance de ocupar aquela terra: situada em local de fácil acesso e com tradição familiar, fortemente, constituída na região cacaueira. Aqueles que persistiram e acreditavam, continuaram na espera até que aconteceu, quando um grupo foi ao INCRA em Salvador e confirmou a posse da Terra.

Segundo relato dos assentados, da ocupação até o momento da posse da terra, ocorreram muitas brigas nas reuniões entre dois grupos, pois havia um outro grupo que estava organizado em um movimento denominado MLST (Movimento de Luta dos Sem-Terra), e os que faziam parte de um pequeno grupo de conhecidos do administrador da fazenda, que foi agregando pessoas para esta ocupação. Estes embates, como narrados por um assentado, aconteceram como as antigas tocais que costumavam ocorrer a mando de coronéis, a pequenos agricultores, geralmente durante a noite.

Antes da oficialização do INCRA para a posse da terra, algumas conquistas começaram a ser efetivadas, uma delas de grande importância: a criação da comissão que organizou o processo de implantação da associação criada em julho de 1999, conforme consta na Ata de criação:

um número de trabalhadores sem-terra com a finalidade de fundarem uma Associação Agrícola da fazenda Bom gosto III, para a aprovação do Estatuto Social da Associação, eleição e posse da primeira Diretoria. Após composta a diretoria de um presidente, uma secretaria, dois tesoureiros, e conselho fiscal, foi relatado acerca dos objetivos da associação e sua importância na organização e representação política dos trabalhadores da fazenda Bom Gosto III (Ata de Fundação da Associação, 2014).

Observa-se neste relato que ocorrem processos educativos (FREIRE, 2005) quando, em assembleia, a diretoria propõe as ações de "ocupação imediata da fazenda pelos associados, para que haja maior desenvolvimento do trabalho em grupo, união de todos para que sejam alcançados os objetivos da associação. É importante ressaltar que constam, nesta ata, a assinatura de 50 trabalhadores (as) rurais. Destaca-se que esta ação ocorreu nove meses antes do INCRA conceder à posse da terra.

Todo este processo que considero como educativo: da organização política para a criação de uma Associação, ocorreu em meio de uma coletividade que se organizava em busca de seus direitos e de seus objetivos: lutar pela terra, por um lugar para plantar e viver. Segundo a assentada R, secretária desta associação, as reuniões eram momentos de tensão e de conflitos de opiniões, durante todo processo em busca de diálogo que se estabelecia. Mesmo nos desencontros das opiniões, para que as ações de ocupação pudessem acontecer, os trabalhadores passavam horas tentando entrar em consenso para que as ações fossem encaminhadas.

5.2 Formação Política: Processos Educativos na reforma agrária

Como o grupo de pessoas não fazia parte de nenhum movimento específico, assim que retornaram a terra, foi escolhida uma comissão para ir até o INCRA, na cidade de Salvador, para saber como eles deveriam proceder, qual deveria ser a documentação necessária para que fosse regulamentada a posse da terra. Houve uma orientação para que procurassem apoio da Pastoral da Terra e de outro coletivo denominado JUPARÁ:

Aí foi quando eles falaram do Frei Vantuy [...] que trabalhava na Pastoral da Terra, que era uma pessoa muito boa e tal, e falaram, também, do movimento JUPARÁ, que não era movimento na época, era, era uma ONG, pra gente procurar Luizão da ONG JUPARÁ, que eram pessoas boas, direitas, que trabalhavam com a questão da terra, ai foi que entrou: Frei Vantuy e entrou o JUPARÁ (Assentada R, 2014).

O JUPARÁ, inicialmente, foi constituído como Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais - JUPARÁ, com atividades iniciais em julho de 1995 – data em que desenvolveu um projeto em parceria com a WWF Brasil¹⁸. Esta assessoria tinha as seguintes demandas:

Fortalecer o movimento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras pela terra. Vistorias e acampamentos para que a reforma agrária se desempenhe com uma reforma com justiça, com terra para todos, que o governo libere recursos para o Movimento sustentável na educação ambiental, capacitação, geração de renda. Que haja respeito nas relações de gênero, como crianças e idosos. Fazer cumprir os estatutos das associações. Assistência técnica. Assistência às necessidades. Manter o controle dos assentamentos e acampamentos. Buscar apoio dos órgãos governamentais e não governamentais. Manter os assentamentos e acampamentos informados sobre os direitos que eles têm dentro do estatuto. Trabalho para crescer e desenvolver a vida. Dar continuidade aos grupos jovens porque é o futuro do amanhã (Estatuto JUPARÁ, 1995).

Aliada à assessoria do JUPARÁ, nos anos de 1980 e de 1990, na região de Ilhéus e Itabuna, a Comissão Pastoral da Terra - CPT exerceu um papel fundamental junto aos trabalhadores rurais acampados, que pretendiam ser assentados nas fazendas e ficavam anos à

-

¹⁸WWF-Brasil é uma ONG brasileira, participante de uma rede internacional e comprometida com a conservação da natureza dentro do contexto social e econômico brasileiro.

espera de um comprador, como diz uma assentada do Assentamento Frei Vantuy: [...] *então* surgiu uma luz no fim do túnel, para os fazendeiros endividados e desolados (Assentada M, 2014).

Para ajudar na organização do assentamento, o INCRA indicou alguns parceiros:

O Coletivo Jupará veio com o INCRA e iniciou os trabalhos com M. e L, o grupo fizeram o mapa da fazenda e dividiu os lotes e ajudou no desenvolvimento do trabalho produtivo. Tinha reuniões com o JUPARÁ, treinamentos, cursos, ensinava a fazer a calda biológica, trabalhou com a certificação orgânica e a COOBASB, contratou um profissional como seria o processo de planejamento de reuniões, roças, produtivas e o que aproveitava, e algumas pessoas depois saíram daqui e foram para outro assentamento, L.-Depois a COOPAB ficou até 2003, e aí as pessoas vendiam o cacau lá em baixo (Assentada R, 2014).

É importante ressaltar que a gama de organizações, entidades e movimentos envolvidos no início do assentamento foi ajudando a construir este sujeito coletivo, entre as aprendizagens forjadas nas lutas, nos momentos de construção de suas reivindicações. Assim, considero como processo educativo o movimento formativo que cada sem-terra foi travando neste caminho a consciência entre o indivíduo e coletivo, conforme relato de uma assentada:

Era confusão no dia seguinte, porque assim, tinha muitos que era que a vida toda foram um trabalhador rural, aí como um trabalhador rural a única coisa que eles tinha de fazer era trabalhar na terra, mas eles não pagava nada, a única despesa que tinham era com a comida deles mesmo, com a alimentação. Aí depois que foram assentados que fez, que recebemos credito para as construção das casas. Ai começou a chegar as primeiras contas de água (Assentada R, 2014).

No relato acima fica nítida a ideia de que os trabalhadores rurais não estavam preparados para lidarem com a autonomia alcançada. Este processo educativo foi, aos poucos, sendo apreendido por eles.

Estas aprendizagens geram consciência de si e do contexto em que se encontram. Na Pedagogia do Oprimido (2005), Freire denomina este enfrentamento com a realidade para superação dos obstáculos como "situação limite". Situações que fazem o homem refletir sobre elas e com elas transformar sua ação no mundo, porém o processo é lento, mas construtivo.

A participação de um grupo de assentados no PRONERA-UESC, em 2004, que teve acesso à escolarização, tanto no nível escolar da alfabetização como no nível médio, também demarca um processo educativo de busca de conhecimento. O PRONERA foi, para os

assentados, um espaço de atuação e de construção de organização educativa, construída tanto na coletividade quanto individualmente:

Os assentamentos de reforma agrária como parte dos territórios camponeses têm sido o espaço mais amplo de realização dos projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que nasceu em 1998. Em parceria com universidades públicas e movimentos camponeses, o PRONERA tornou-se um espaço de excelência para a reflexão teórica bem como da prática da Educação do Campo. Por meio de projetos de alfabetização, escolarização e de níveis médio e superior, milhares de pessoas assentadas estão participando dos processos de desenvolvimento de seus territórios (FERNANDES, 2008, p. 71).

A educação acontece através do constante diálogo entre os homens, pois existir é pronunciar o mundo e transformá-lo, não é no silencio que os homens se constroem, mas na palavra, trabalho, ação e reflexão sobre seu fazer, assim se constituem homens e mulheres, trabalhadores rurais, construindo, fazendo e dialogando sobre seus saberes (FREIRE, 2005).

Segundo relato de uma assentada, foram criados, junto com os trabalhadores rurais, outros projetos que foram desenvolvidos com vários assentamentos, juntamente com o Assentamento Frei Vantuy. Podemos destacar algumas instituições promotoras desses projetos, a saber: COOPASB – Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtoras da Sul da Bahia, responsável pela comercialização da produção. Além de uma organização política pela RACAA-Sul-Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Não Assentados do Sul da BA, uma articulação de 25 associações comunitárias que tem por objetivo traçar uma política de desenvolvimento rural sustentável (WWF Brasil, 2000, p. 40).

Houve a participação, segundo a assentada M, de algumas mulheres do assentamento em Ilhéus, polo regional do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, que promove atuação das mulheres no contexto de conservação e desenvolvimento, atuando na região com a formação e organização política, entre as lideranças dos assentamentos.

Esta organização das mulheres demonstra como um processo educativo se constitui nas relações de pessoas associadas que buscam objetivos comuns em prol de um desenvolvimento, cuja ação possibilita a sustentabilidade das mulheres e de suas comunidades.

Em uma conversa com a assentada sobre as organizações presentes no movimento da reforma agrária na região cacaueira me foi relatado:

Éramos irmandade (JUPARÁ- COOPASB- RACAA-Sul-MMTR), havia divisão de papeis procurando caminhar do lado da Justiça e não aumentar e também excluir. A RACAA-Sul deixou de cumprir seu papel. Quando houve discordância, cada um

quis andar do seu lado. Deixou de ter sensibilidade para entender as situações que cada um vive e está passando (Assentada M, 2014).

Após um período de muitas conversas entre os assentados e com a intervenção do JUPARÁ em 12 assentamentos na região cacaureira, chegaram a conclusão, segundo a assentada R, que seria melhor organizar um movimento que representasse todos os assentados e acampados.

Constituindo como parte da diretoria como Coordenador Geral foi M. do Assentamento da Cachoeira Bonita, e o Vice A. do Assentamento Cascata, com diversas comissões representando doze assentamentos.

O Movimento JUPARÁ, instituído em 23 de Outubro de 2003, com sede na cidade de Ubaitaba. O movimento é uma ferramenta para acabar com a exclusão. Assim nossa luta é pela terra preservada, pela reforma agrária ecológica, pela dignidade e participação com qualidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais capacitados, atuando de fato como atores no desenvolvimento sustentável da nossa região, por um mundo cada vez melhor (Ata do Coletivo, 2003).

Os trabalhadores rurais assentados acreditavam que teriam que se unir mais, com uma representatividade coletiva de diferentes lideranças. Mesmo não residindo nos mesmos assentamentos, para participarem dos editais de fomento do INCRA ou de outros benefícios, seria necessário estarem unidos em prol de alguns objetivos comuns: a terra e o desenvolvimento sustentável.

A partir deste Coletivo, houve outras ações que foram surgindo em prol da educação ambiental; formação política; produção de adubo orgânico; através de oficinas e dos mutirões, nos diversos assentamentos que os integrantes de cada Associação estava inserido.

Aqui é inegável o processo educativo, em que os assentados do Frei Vantuy foram construindo nas relações e nas ações, através da educação refletida no aspecto ambiental ou no fortalecimento do que se denomina como coletivo das pessoas. No caso deste assentamento, os sujeitos estão se formando, na trajetória, mais consciente da sua ação com a terra e com o outro.

Um longo processo de trocas de experiência entre os assentados foi travado durante as ações realizadas por este coletivo, segundo relato dos assentados do Frei Vantuy:

Guaiamum: e nesse vai e vem, nesse vai e vem da história, né, quando a gente tava no meio da polícia, foi quando chegou o Frei Vantuy, aí foi o Frei Vantuy, o pessoal tava tudo com as arma em punho, assim, no ombro, aí ele foi passando pelo, ele foi passando ai teve um, o que tava chefiando ai disse "Oi abaixa as arma que tá vindo o homem de saia" [Risos] Aí eu só vi todo mundo pegando as arma e arriando, a polícia né, aí chegou

lá chamar o que tava comandano, a equipe ainda disse umas duas pro rapaz, ali, né, que a polícia num deveria tá ali, que aqui não tinha vagabundo, conversou um bocado ainda, aí né bom, o cara dizendo que a culpa não era dele, que ele tava cumprindo ordem e no casa também ele pediu que a gente obedecesse a ordem, ai foi indo, ele tava lá em baixo, comprou plástico ainda pra fazer barraca na beira do rio, comprou alimento, aí fomos pra beira do rio, ficamos lá parece que liminar validade parece que era 90 dias. Aí quando completou mais ou menos um 85 dias, ai a gente descobriu que tinha um grupo querendo vir pra aqui, aí resultado, aí a gente chegou e boto todo mundo pra cá pra cima de novo, mas mesmo assim o grupo, veio um grupo ainda, veio um grupo pra tirar todo mundo daqui de dento, invadiu ainda, armado e tudo (Assentado G, 2014).

Esta ação vivida exemplifica um processo educativo, gerador de saberes construídos pelos assentados, o coletivo, no assentamento, foi também gerador deste processo, quando fizeram destes conhecimentos a direção para que ocupassem seu espaço com resistência e autonomia.

Outro exemplo do processo educativo configura-se nos momentos de trabalhos de mutirão, organizado da seguinte forma:

Faz roçagem, colheita de cacau, às vezes as mulheres se reúnem pra pegar o lixo da rua, entendeu? A gente tira um dia especialmente para fazer isso. A colheita do cacau, a limpeza do cacau também, que a gente tem um pedaço de cacau comunitário aí em baixo, faz a secagem do cacau. É, e esse dinheiro faz movimentar a associação, pra fazer uma viagem ou outros gastos que a associação tenha, então tem essa reserva desse cacau para a associação, mas sabemos que é de todos nós (Assentado G, 2014).

Observei que em cada espaço há um tipo de saber que se socializa, e caracteriza o processo educativo. É justamente na relação do homem do campo, aqui retratado como trabalhador rural, que leva seu cacau para barcaça. Neste espaço dialogam entre si, sobre como manejar o cacau para ter uma melhor qualidade do produto final, são saberes que continuam repassados entre as gerações de assentados: a exemplo do manejo do cacau e da colheita, como tirar a *cibira*¹⁹ do cacau para levá-lo à barcaça, ou revirar o cacau mole no cocho para uma fermentação apropriada e uniforme, e depois já na barcaça, os trabalhadores pisam no cacau para limpar as amêndoas. Antigamente, as técnicas eram manuais com tecnologias próprias do seu tempo, cochos construídos na roça; hoje, as tecnologias são mais rebuscadas, o cocho tem a forma circular, mais apropriado para uma fermentação completa.

¹⁹ Cibira: parte fibrosa que prende os gomos de cacau.



Figura 12: Reunião mensal da Associação

Dados: Reunião dos assentados na Associação Agrícola da Faz. Bom Gosto III. Fonte: Acervo da pesquisadora.

Na reunião da associação, inicia-se a assembleia, debaixo da barcaça, participam homens, mulheres, crianças e a diretoria da associação, juntamente com o conselho fiscal, que no decorrer da reunião apresenta a prestação de contas aos assentados, a diretora lê os informes e agradece ao mutirão da limpeza que roçou a frente do assentamento, e ressalta o quanto esta ação coletiva melhora a imagem do assentamento perante a sociedade ilheense.

A diretora informou sobre o credito de fomento para os novatos que foram cadastrados recentemente, sobre a reforma das casas dos assentados que não participaram da primeira reforma. Outro item discutido na reunião foi o cadastro do Número de Identificação Social – NIS, para quem já estava cadastrado no Programa Bolsa Família, com o objetivo de receber os benefícios que o governo federal disponibiliza, como por exemplo a redução da taxa de energia. Pediu-se, aos assentados, a xerox dos documentos, pois a direção solicitou que a Secretaria de Ação Social encaminhasse um representante para o cadastramento diretamente no assentamento, ação que foi realizada durante um dia.

Além deste informes, foi discutido, na reunião, sobre o Crédito Mulher, benefício federal. Sinalizou-se a necessidade de fazer uma reunião extraordinária com as mulheres para decidir quais seriam as demandas destinadas a este recurso, principalmente para uma ação coletiva, foi sugerido que fizessem atividades voltadas para o processamento de frutas, compotas ou banana passas, ou artesanato com palha de banana.

Durante as assembleias, as problemáticas que surgiam no assentamento, eram, aos poucos, discutidas, dialogadas e refletidas por todos, configurando-se um momento de grande respeito. Mesmo no momento de alteração, todos se respeitam, existe a palavra, a voz do outro, é visivelmente escutada. Ainda que não haja total concordância sobre as opiniões, este processo educativo se dá na dialogicidade: essência de uma educação que busca a prática da liberdade dos sujeitos:

Esta busca nos leva a surpreender, nela duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação radical que, sacrificada, ainda que em partes, uma delas se ressente imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja *práxis*. Daí quer dizer que a palavra verdadeira seja transformar o mundo (FREIRE, 2005, p. 89).

Nestes momentos de assembleia, a palavra é pronunciada através da votação a adesão ou não ao tema discutido. Com a nova diretoria, neste ano de 2015, algumas ações estão em andamento, o assentamento está firmando uma parceria com o SEBRAE para que o entre na Rota de Turismo Rural. Outra demanda para o assentamento, que já está em negociação, é a construção de 50 casas dentro do Frei Vantuy, com a parceria do Governo Federal, através do Banco do Brasil e o "Programa Minha Casa Minha Vida", denominada agrovila 3, com o objetivo de propiciar habitação as famílias dos assentados. Esta ação foi deliberada em assembleia, durante as reuniões mensais no Assentamento. Além destas parcerias, foram firmadas as Comissões, constituídas pelos assentados, durante as assembleias, no início desta gestão.

Todos estes frutos estão amadurecendo com certeza a partir das antigas aprendizagens, nos momentos de formações políticas do JUPARÁ, da RAACA- Sul. São processos educativos construídos por esse coletivo de pessoas que estão tentando um ambiente melhor, buscando, mesmo com dificuldade políticas públicas vigentes, o desenvolvimento com sustentabilidade, para que os jovens possam permanecer no assentamento.

A equipe do patrimônio cuida de todas as partes físicas do assentamento, a exemplo da recuperação de cancelas, cercas e espaços coletivos, muitos destes reparos são efetuados em mutirões, com os próprios assentados. A Comissão de assistência social cuida das pessoas que precisam ser encaminhadas ao médico ou para qualquer situação necessária, tais como: aposentadoria, licença saúde ou licença maternidade; e ainda há uma comissão que organiza e encaminha as pessoas assentadas para os órgãos públicos ligados à área de saúde ou quando necessário as acompanha.

A Comissão de educação está responsável pelas questões ligadas à escola no assentamento, e a buscar melhorias no aspecto educacional junto a Secretaria de Educação do município, estas comissões são formadas, efetivamente, pelos assentados do Frei Vantuy.

Outra ação em andamento é a entrega à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional-CAR, em reunião já agendada de um projeto para reestruturação e beneficiamento, de barcaça, cocho de cacau, secador de cacau e reestruturação da fábrica de agroaproveitamento da matéria prima, plantada e colhida no assentamento, como frutas para desidratação. A CAR é um órgão do governo estadual que tem como objetivo combater a pobreza em comunidades rurais, priorizando o fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária, além de outras ações no aspecto das comunidades rurais.

Todas estas ações são discutidas e encaminhadas durante as reuniões mensais. Considero este espaço o maior potencializador do coletivo neste assentamento, espaço de aprendizagens devido às trocas de experiências, reflexão e encaminhamento de decisões. As reuniões são espaços para agregar os grupos de trabalho e instruir as ações que devem ser desenvolvidas por comissões escolhidas e votadas por todos, um processo altamente educativo em que há participação de homens, mulheres e crianças do assentamento gerador, inclusive, de novos processos educativos.

5.3 Escola no assentamento Frei Vantuy

Com a consolidação como assentamento, algumas conquistas começaram a ser efetivas, e uma delas, de grande importância, foi a construção e a garantia de uma sala de aula.

A foto abaixo retrata a Escola Frei Vantuy, uma sala de aula, um anexo²⁰ da Escola Municipal Banco da Vitória, contendo apenas uma turma multisseriada. Atualmente funciona com 23 crianças e pré-adolescentes do Assentamento, e do povoado vizinho da Vila Cachoeira.

_

²⁰ Anexo- Extensão da Escola sede, com uma ou duas salas de aula, sob a coordenação e direção da Escola Municipal denominada: Escola Municipal Banco da Vitória







Fonte: Acervo da pesquisadora.

Dados: Escola Frei Vantuy classe multisseriada- Anexo da Escola Municipal Banco da

Vitória -Ilhéus.

Segundo Relato do assentado R, no início, quando as famílias foram assentadas não havia escola. Mas a comunidade, através de suas lutas e reivindicações, conseguiu o apoio para implantação desta sala de aula que funciona no sistema multisseriado.

Aí as crianças ficavam aqui sem terem como estudar. Aí eu e Virginia, que Virginia fazia parte do conselho rural, fizemos um oficio e levamos pra o prefeito, na época, e o vice-prefeito. Aí o vice- prefeito nos ajudou mandando cadeira, mesas, alguns materiais de escola. Aí Virginia começou a dar aula pras crianças, sem vínculo nenhum com a prefeitura, no primeiro ano. Aí, no segundo ano, ela já conseguiu o contrato, e aí a escola existe até hoje. É uma... sala multisseriada com 23 alunos (Assentada R, 2014).

Buscando reafirmar o que relatou a assentada, aproprio-me da perspectiva de Caldart (2008, p. 71) sobre a educação nestes espaços:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Segundo informação de uma entrevistada, o assentamento sempre foi responsável por toda a estrutura da escola, por exemplo: consertar o telhado, comprar a cerâmica para o piso, que estava todo quebrado, etc. Dessa forma, a comunidade sempre está atenta às questões da

escola, pois a prefeitura se responsabiliza apenas pelo pagamento do salário da professora e pela merenda, que geralmente chega à escola com atrasos até trimestrais.

Atualmente, a escola funciona com muita precariedade no assentamento. A professora relatou, em uma entrevista, que não gostava de dar aula no assentamento porque a estrutura da escola é ruim, é longe de Ilhéus (cerca de 20 km), não tem material necessário. Ademais, ela se sentia muito sozinha por ter apenas uma sala de aula, sem interação com a equipe escolar, e, ainda, tinha que cuidar do espaço, organizando e limpando, por não ter outra funcionária. Afirmou, também, que algumas crianças são muito indisciplinadas e que não se identifica com o assentamento. Pretende pedir transferência para a sede.

Quanto às questões pedagógicas, relatou-me que o planejamento é construído na escola sede, com as outras professoras. O plano é o mesmo das turmas seriadas, mesmo a classe dela sendo multisseriada²¹. Para ela, isto representa um fator negativo: fazer diferentes atividades para as crianças do 1º ano 5º ano.

Durante as visitas no Assentamento, pude perceber que há uma preocupação de alguns assentados com a sala de aula multisseriada, o cuidado com as crianças é coletivo. Mas não houve uma intervenção no sentido de pensar uma relação dialética de pertencimento entre a escola e o assentamento. O assentamento precisa fazer parte da escola. A escola precisa acolher a vida da comunidade e fazer pulsar seus saberes.

Este relato demonstra as condições precárias da escola do campo e o descaso do poder público para com estes espaços. O assentamento apesar de se preocupar com as questões físicas da escola, ainda não conseguiu, apesar de já ter reivindicado, junto a Secretaria de Educação municipal, um docente que tenha mais identidade com a escola, e a condição mínima para o funcionamento do espaço escolar. Outro fator alarmante que chama atenção é o fato da Universidade estar a poucos quilômetros da escola do assentamento, mas não ter feito intervenção nenhuma.

Salomão Hage (2010), um dos estudiosos da educação do campo em classes multisseriadas, entende que a rejeição à escola do campo, por ser multisseriada, não resolve seus desafios, tampouco a seriação da escola urbana irá resolvê-lo. Através das pesquisas de Hage (2010, p. 13), a concepção de organização para as classes multisseriadas deveria:

> [...] organizar conhecimentos: modo de vida, de se ver; modo de pensar o real e as especificidades destes tempos e das formas de vivê-los no campo; modos

²¹Sala de aula com múltiplas séries funcionando em um mesmo espaço, geralmente do infantil ao 5º ano. Ver Escola de Direito: Reiventando a escola multisseriada, Haje Salomão e Maria Rocha (orgs): Belo Horizonte :Autentica Editora, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

de ver a terra; de aprender a lutar pela terra. [...] respeitar as vivências e saberes; nos convívios coletivos.

No entanto, este respeito aos saberes coletivos e suas vivencias, são fatores pouco desenvolvidos ainda nas escolas do campo, como foi observado durante um dos momentos, participei da festa do dia da criança, em outubro, e passei a manhã no assentamento. Fui informada pela comissão organizadora do evento, que antes da festa acontecer houve reuniões para combinarem o que fariam para as crianças neste dia. Segundo relato de uma das assentadas, que ficou com a parte da organização das atividades, por ser aluna da UESC, no curso de Pedagogia, e ter muita afinidade com as crianças, ela e um grupo de assentados confeccionaram alguns brinquedos para as crianças, e fizeram as guloseimas que cada um ficou responsável.

Algo que me chamou a atenção durante as ações e as brincadeiras ocorridas no assentamento foi que estas foram mais organizadas no aspecto escolar do que ao ar livre. Percebi a falta de um momento de diálogo com todas as crianças, já que no processo educativo a reflexão e o diálogo são fatores marcantes para a verdadeira emancipação dos sujeitos.

Outro fator que me chamou a atenção foi o fato de que as brincadeiras desenvolvidas fazem mais parte do repertório lúdico urbano do que rural. Entretanto, durante a semana, depois da aula, à tardinha, é comum as crianças jogarem bola no campinho e brincarem de trisca (correr atrás da criança que foi marcado para ser o trisca).

Acredito que ocorre uma aculturação devido ao excesso da mídia, da TV, dos celulares com jogos virtuais, que definem o ambiente lúdico das crianças. Desse modo, mesmo estando no campo e com mais espaço para as brincadeiras ao ar livre, as crianças estão vivendo mais em ambientes fechados, até pelo medo da violência, e pelo acesso à Rodovia Federal que está na frente do Assentamento, com tráfego constante de veículos em alta velocidade.

A riqueza dos *causos* dos mais velhos e os saberes gerados nestes momentos estão perdendo o espaço e o sentido nas comunidades rurais. Para Hage (2010), o importante é "entender quais processos educativos, formadores de identidade, saberes e valores estão em jogo nesta dinâmica tensa e complexa do campo", tanto no aspecto da escola, como na formação humana das crianças e jovens do campo.

Percebo que o espaço escolar no assentamento não tem ainda a devida atenção pelos assentados, ainda paira no imaginário deles que basta a escola estar funcionando. A educação ainda não está na pauta das decisões no assentamento como deveria, acredito que devido ao descaso municipal com as escolas do campo, há uma acomodação por parte dos assentados. Alguns pais, por exemplo, preferem que os filhos estudem na cidade de Ilhéus, segundo relato da professora, por considerarem o ensino seriado mais eficiente e organizado.

A Escola do assentamento aguarda um lugar de destaque, um olhar mais atento e transformador, pois continua ainda ao lado da barcaça, uma salinha modesta como em muitas áreas rurais. O processo educativo está muito mais fortalecido do lado de fora da escola, nas assembleias, na lida da roça, do que, propriamente, no ambiente que deveria ser vislumbrado pela comunidade como processo educativo pertencente e reafirmado. Há ainda um processo a ser construído e mobilizado pelos assentados da Escola, pensando no presente e no futuro de crianças, jovens, adultos e idosos deste assentamento.

Isso demanda uma busca organizada destes sujeitos, em articulação com as instituições responsáveis pela educação no município de Ilhéus, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, as quais têm o dever de garantir uma educação de qualidade aos sujeitos do campo. A reelaboração do currículo, das práticas educativas, bem como do próprio espaço físico, deve ser construída no diálogo com os assentados: processo que implica reflexão coletiva, respeitando as especificidades das crianças e da educação desejada pelos sujeitos do campo.

5.4 Organização para a sobrevivência e o coletivo

Há nestes grupos de homens e de mulheres, trabalhadores(as) rurais, um saber elaborado na experiência de lideranças e de articulações que podem e devem ser constituídos como processo educativo, que se faz na luta da ocupação da terra e no espaço coletivo do campo, seja pela busca de ter uma escola no assentamento, seja na mobilização por uma agricultura familiar ou por condições dignas para os assentados.

Não nos propõe como educá-los, mas como se educam, nem como ensinar-lhes, mas como aprendem, nem como socializá-los, mas como se socializam, como se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são. Onde Paulo capta ou aprende que os jovens, os trabalhadores e os camponeses são sujeitos pedagógicos? Estando atento a seus movimentos sociais e culturais, a suas práticas de liberdade e de recuperação da humanidade roubada, como ele nos diz (ARROYO, 2003, p. 34).

Neste contexto, foi construído, processualmente, um caminho de conquistas: inicialmente com a aquisição da terra, em seguida o apoio aos primeiros meses no assentamento, apoio à produção, tanto em termos de custeio, como de assistência técnica e comercialização dos alimentos produzidos. Tudo isso acontece graças à organização e a luta coletiva dos assentados. Outra conquista, segundo uma entrevistada, foi a aquisição de alimentos através da inserção do assentamento no Programa de Aquisição de Alimentos –PAA.

O Programa é uma ação do governo federal, criado em 2003, viabilizado por vários ministérios. Há uma parceria com o governo para adquirir alimentos que sejam produzidos por agricultores familiares e assentados da reforma agrária, encaminhando os produtos às escolas para merenda e para outras instituições em que haja pessoas com vulnerabilidade social. O Programa PAA tem os seguintes objetivos:

Promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promover a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA - Ministério do Desenvolvimento Social – BRASIL, 2003).

Na foto, a seguir, é possível verificar a adesão do assentamento Frei Vantuy ao PA



Figura 14: Fábrica de Agroaproveitamento Frei Vantuy (2009)



Fonte: Fotografias cedidas pela assentada M

Dados: Fábrica de agroaproveitamento de Frei Vantuy

O desenvolvimento para que a agricultura familiar continue se fortalecendo também é um dos assuntos muito discutido nas reuniões do assentamento. A questão do plantio sem agrotóxicos e o fortalecimento da venda dos produtos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal) vem agregando valor aos produtos e aumentando a renda familiar no assentamento, desde 2003.

Segundo Arroyo e Fernandes (1999), para o desenvolvimento de uma agricultura familiar é fundamental que se viabilize uma política agrária que valorize o homem do campo e proporcione a ele ferramentas necessárias para sua permanência no campo.

Os assentamentos estão organizados através de seu coletivo, nas reuniões, assembleias e mutirões. Desde o início de sua formação, sempre estiveram presentes homens, mulheres,

crianças e idosos, incluídos nos debates propiciados pela comunidade, e nas ações que se propusessem nestes espaços, seja na lida com a terra ou nas reivindicações à sociedade ou às instituições de direito, como, por exemplo, o incentivo para que a comunidade promova outras formas de subsistência.

Segundo a assentada R, além do cacau, tem muita família que planta aipim e vende. Na época do paradeiro²²do cacau, eles vendem sulfato de aipim, banana, jaca, graviola. Jenipapo aqui é fraco. Tem gente que trabalha com despolpamento (Assentada R, 2014).

[...] em regime de mutirão, houve a construção da sede para uma agroindústria e apostaram na transformação da realidade econômica a partir de treinamentos e capacitações, com o apoio da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em especial de alunos e professores do curso de Agronomia. Após sentir confiança, a comunidade iniciou a produção de frutas desidratadas, as quais foram negociadas com a Conab para abatimento do débito. Atualmente, 33 assentados participam da produção (Assentada M, 2014.)

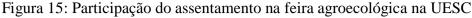
Através da iniciativa da implantação da fábrica de agroaproveitamento pecuário, em 2009, como proposta de geração de renda e aproveitamento de grande quantidade de frutas da região, o processo educativo, segundo o relato de Dona R., assentada mais recente, foi justamente a oportunidade em que sua filha mais velha obteve ao trabalhar na fábrica, por ir à universidade com o grupo de mulheres, aprender a desidratar as frutas (banana, abacaxi, jenipapo, etc). Sendo assim, aprendeu a realizar outra atividade, incentivando sua permanência no assentamento, sem ter que estar roça no trabalho mais pesado.

Quando visitei seu lote no assentamento, ela me relatou a vontade de que suas filhas possam viver como assentadas, mas sem enfrentar a dureza de sua vida, pois vem de uma família que sempre trabalhou no pesado. Deseja que as filhas tenham mais conforto, por isso está aguardando a segunda etapa de construção das casas, pois chegou depois do projeto de reforma das casas, que solicitado ao INCRA.

_

²² Tempo do "paradeiro", mês de novembro, tempo de podar e roçar cacau.







Fonte: Dados da pesquisadora (2014).

Dados: participação do Frei Vantuy na Feira Agroecológica da UESC.

Como forma de subsistência e de divulgação dos produtos desenvolvidos sem o uso de agrotóxico, os assentados estão participando de uma exposição na feira, em regime de mutirão, isto é, aqueles que têm interesse em vender seus produtos. Sendo assim, toda sexta –feira colocam seus produtos à venda; geralmente, levam cacau *in natura* (a fruta), a polpa, também outras frutas como jenipapo, acerola, cajá, graviola, banana da terra, aipim, beiju, inhame, jaca, abacate e coco, entre outros produtos cultivados nas roças individuais.

5.5 A relação com a terra e o cuidado com o meio ambiente

Percebi, no depoimento de algumas lideranças, que existe um grande desejo entre os assentados pela luta de permanência de seus filhos e de seus netos no campo, buscando preservar a sua cultura, constituída em grande parte na oralidade. Em relação à tradição oral, esse fator é preocupante, (apesar de ser uma característica de muitos coletivos sociais, devido à falta de letramentos dos diversos grupos), pois são saberes que estão se perdendo. Os moradores mais velhos, detentores destes conhecimentos, têm baixa expectativa de vida e as novas gerações passam cada vez mais a assimilar outras influências culturais.

Há um processo educativo na implantação do assentamento. Entende-se por processo educacional as relações entrelaçadas no cotidiano dos homens e mulheres, de seu fazer coletivo, na roça, na assembleia, no campo, na igreja, no ônibus ou na rua, um fazer que se proponha humanizado, em prol de um projeto de vida solidário e imerso nas sociabilidades de uma educação consciente do cuidado do meio ambiente.



Figura 16: Assentada em seu lote individual

Fonte: Acervo da pesquisadora (2014)

Dados: Assentada em seu lote individual, colhendo quiabo.

O relato do assentado G nos mostra que os mutirões no início da ocupação da fazenda aconteciam na derrubada de madeira, que foi retirada na mata, para reforçar as cercas da fazenda abandonada e na limpeza do terreno, que estava com o mato da altura dos cacaueiros. Todo este movimento aconteceu com mutirões nos quais os homens e as mulheres tinham um objetivo em comum: ocupar a terra e aguardar a oficialização do INCRA, mas enquanto isto não acontencia, marcavam o terreno na fazenda que estava abandonada há dez anos.

Perguntei a dona R se ela participava das assembleias, ela me respondeu que sim e que contribuía com R\$ 10,00 por mês, para a associação. Ressaltou que na última reunião conversaram sobre prestação de contas, a área de cacau coletiva, e quem iria para a colheita. Perguntei também o que eles plantavam, ela me disse que seu esposo e suas três filhas plantavam cacau clonado, mandioca, pimenta do reino e guaraná, mas colheram, também, frutas que já tinham no lote como jaca, abacate e coco.

O assentamento viveu tempos prósperos no início e estabeleceu uma cadeia de conquistas, apoio à produção, tanto em termos de custeio como de assistência técnica e comercialização dos alimentos produzidos.

Não tem como você trabalhar individual aqui. Aí algumas pessoas que entraram aqui que não tem esse perfil, porque o cara comprou, o cara pagou, trocou uma casa, deu uma casa deu dinheiro, pra ele é compro isso aí. Aí ele comprou, como é que ele vai se enquadrar, diz que quer trabalhar,

comunitário, como é que ele vai respeitar alguém aqui dentro, e vai dar valor se ele entrou aqui comprando (Assentada R., 2014).

Outro fator demonstrado que observei durante as conversas informais, no assentamento, segundo relato do senhor J. (assentado desde o início no Frei Vantuy), foi a maneira como os assentados cuidam das três áreas de reserva legal, afirmando que todos sabem que não devem retirar madeira desta área a não ser que seja para alguma manutenção da barcaça ou de algum espaço coletivo, mas tem que ser discutido entre os assentados, na reunião da associação.

Porque aqui mesmo na reserva, a gente tem uma desaguada na fazenda, então se a gente for desmatar, vai ficar... Mas nem todo mundo tem o pensamento igual, mesmo assim, a gente está sempre batendo na tecla de que temos que preservar a natureza, temos que andar junto com ela, e eu acho que dá pra fazer essas coisas (Assentado G, 2014).

Ficou evidente sua identificação com a terra e sua forma preventiva e cuidadosa de lidar com os espaços do lote na cobertura de sua fonte de água, onde fica a roça e o plantio de mandioca, milho e a parte reservada ao cacau. Mostrou-me com orgulho sua fonte de água: a cacimba, ou como denominou: o minador. Cobriu com pedaços de lona a cacimba e plantou árvores ao redor, disse que vai buscar água para colocar no pote em sua casa. Este fato me faz compreender os processos educativos, constituídos tanto no âmbito individual quanto coletivo, pois as filhas vivenciam estes cuidados no dia a dia.

[...] pra nós, a manipueira²³sempre foi veneno na roça, que venenoso, mas é um excelente adubo, se você consegue diluir ele na medida certa, tem um excelente adubo, então se você transformar aquilo que é realmente. A manipueira é uma coisa venenosa que mata bicho, mata planta, mas que você pode usar para adubação também (Assentada M, 2014).

Este relato traz um celeiro de saberes contidos nas práticas realizadas no cotidiano de assentados(as), processos infinitamente educativos que contém em si um entendimento de saber elaborado no campo, porém pouco valorizado nos centros acadêmicos. Arroyo (1999) acredita que estes saberes precisam ser valorizados por todos, principalmente como um saber a ser reconhecido. Para o referido autor (1999, p. 41),

O grande desafio é assumirmos uma postura aberta (deixarmos nosso quintal) ao conhecimento de outras práticas e a possibilidade de repensar nossas ações,

-

²³Manipueira- água retirada da mandioca ralada, quando processada para fazer a fazer farinha.

compartilhando e refletindo sobre nossa história, nossa identidade, nossas percepções.

Foi justamente neste sentido que esta pesquisa propôs trazer pequenas reflexões sobre o quintal - metaforicamente falando - do Assentamento Frei Vantuy e com ele revolver a terra de nossas mentes, para ampliarmos assim o grande quintal que está inserido nosso planeta: a terra mãe.

5.6 A organização feminina no assentamento



Figura 17: Mulheres trabalhando com o cacau na barcaça

Fonte: Arquivo da Pesquisadora (2014).

Dados: Mulheres trabalhando na secagem das amêndoas de cacau.

A presença feminina é parte das decisões dos coletivos hoje, porém não foi assim desde o início na implantação e cadastro das famílias no assentamento Frei Vantuy. As mulheres precisaram lutar muito para ter seu direito de voz nas reuniões, nas assembleias e nos espaço das discussões coletivas.

No início, quando todos entraram para ocupar a terra, já com a posse oficializada, houve a ação do INCRA com a elaboração do PA - Projeto de assentamento - e com as primeiras ações de permanência dos assentados, tais como: subsídio financeiro para compra de ferramentas, cesta básica para as famílias e apoio na organização da divisão das famílias assentadas. As

mulheres tinham a voz silenciada nas reuniões pelos homens, mas elas eram sempre bem vindas para o trabalho coletivo, como relatado por R, moradora antiga no Assentamento.

Este comportamento dos homens causou desconforto e revolta no grupo de mulheres, as quais precisaram resistir e firmar seu espaço dentro do assentamento. Observa-se que esta é uma postura que já se tornou cultura enraizada numa sociedade machista, regionalmente específica, sendo que as mulheres estão sempre presentes como apoio nos mutirões, na hora da cooperação do preparo da alimentação, mas ficam de fora das grandes discussões nos momentos de decisão coletiva.

Foi através do Jupará, segundo relato de R, de um polo regional do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, que algumas mulheres do assentamento Frei Vantuy começaram a participar dos espaços coletivos de decisão. O MMTR busca propiciar a autonomia das mulheres, atuando na região com a formação e organização política entre as lideranças de assentadas. Percebi, no momento de observação do assentamento, que há fortalecimento da grande maioria das mulheres em prol das ações voltadas ao bem estar do coletivo. Por que principalmente, eu e as mulheres, eles não queria dar a voz, nem dar ouvido. (Entrevistada M, 2014).

Esta constatação está na fala da assentada M, uma das lideranças presente na organização desde o início do assentamento, à frente do JUPARÁ e atuando no MMTR, com grupos de mulheres de outros assentamentos nas oficinas sobre saúde, fortalecimento de lideranças femininas e meio ambiente. A participante M, representante do JUPARÁ, foi convidada por um grupo para ser assentada no Frey, conforme relato de R:

Aí depois as mulheres iniciaram outra gestão e resolveram juntar um grupo de mulheres para pensar em alguma coisa porque as mulheres não podiam participar de nada. Eles diziam: ah, agora nós vamos ser mandados por mulheres, é. Foi uma confusão destes homens, até que elas iniciaram a reformulação do estatuto, com poder das mulheres. As mulheres começaram a trabalhar comunitário, mutirão de gente, mulheres plantando, ensinando a pagar a associação e a cercar a fazenda (Assentada M, 2014).

Percebi que desde o ano de 2008, quando fui acompanhar um programa TOPA pela UESC, e visitar sala de aulas da EJA, no assentamento, bem como durante as atividades desta pesquisa, em que entrevistei alguns assentados, que a assentada M. é respeitada pela grande maioria, devido a sua forma de mediar os conflitos. Existem alguns conflitos por questões de gestão do assentamento que ainda se estendem, pois ao entrevistar alguns assentados, este assunto foi bastante citado, porém sem detalhes. O conflito também foi um processo educativo

dentro do assentamento, através dele ocorreu um processo de reflexão e ação que desencadeou na retomada das ações em prol da comunidade.

Segundo a assentada M, os assentados tinham vindo procurá-la vinte dias antes para que aceitasse voltar à direção do assentamento, por acreditarem que ela e R, M e M poderiam ajudar o assentamento a conquistar novos projetos, já que está gestão estava lenta. M. já havia participado da direção, e promoveu muitas ações, tais como: a implantação da fábrica, programa de alfabetização, reivindicação junto ao INCRA de projetos como o da construção das casas e a venda direta de frutas do assentamento, iniciado em 2009.

No mês de novembro de 2014, aconteceu a eleição de um novo grupo para a diretoria da associação. Neste momento, estiveram presentes, segundo relato de M, o INCRA representado por um técnico; o sindicato dos trabalhadores rurais, e dois advogados: um do grupo que estava pleiteando a direção do assentamento e o outro da diretoria atual.

A presença do INCRA nesta eleição, como destacado anteriormente, foi justamente em atenção a esta relação conflituosa existente. Segundo relato dos assentados, algumas pessoas que entraram no assentamento não têm nenhuma relação com a terra, mas possuem bens em outro Estado. Além de outra questão: a religião, tema gerador de divergências no assentamento, dificultando a participação de parcelas da comunidade em todos os atos coletivos.

Para conhecer o trabalho da mulher no assentamento, fiz visitas de campo ao assentamento para ir ao lote de R. e observar sua vivência com a terra. Ela relatou sobre o seu dia a dia na roça: como de costume, levanta com o nascer do sol, pois sempre viveu na roça, quando os pais moravam em Ibicaraí e trabalhavam nas fazendas, desde pequena aprendeu a cuidar da terra.

Relatou que, devido às chuvas escassas, a mandioca estava com as raízes menores. Como é da natureza de quem vive na terra, presenteou-me com os produtos plantados pela família: cacau, milho, banana, mandioca. Além disso, apresentou-me os pés de pimenta do reino plantados, que ela mesma cuida e vende em Ilhéus, como produto da terra.



Figura 18: Quintal de uma assentada, com seu pé de Pimenta do reino

Fonte: Acervo da pesquisadora (2014)

Dados: Pé de pimenta do reino plantado pela assentada R.

O comportamento da assentada R demonstra o quanto a relação com a terra faz parte de sua atividade diária, a conexão com o plantar e o colher e a busca por diversificar o plantio, a exemplo da pimenta do reino, entretanto sempre com a preocupação com o meio ambiente.

Outra assentada me relatou que em 2004, ocorreu uma formação para mulheres assentadas na região cacaueira do Litoral Sul de Ilhéus, visando ao desenvolvimento comunitário.

[...] a JUPARÁ centralizou as ações deste projeto na formação das mulheres (neste caso acampadas, camponesas da agricultura familiar tradicional, da Reforma Agrária e pescadoras) por seu potencial transformador das relações familiares. Para nós, a família deve se constituir como uma das importantes células da evolução social. Construir através da promoção de processos o empoderamento das mulheres, para o uso mais apropriado e sustentável dos recursos (Relatório: 2004, Instrumento de Capacitação e Inserção das Mulheres Camponesas no Desenvolvimento Comunitário Sustentável).

A intenção desta formação foi justamente o de protagonizar a autonomia e o empoderamento das mulheres assentadas, no intuito de promover, em cada comunidade, lideranças que estivessem atentas à economia sustentável e solidária, gerando não só renda financeira, mas uma consciência de sua ação nos espaços do campo. A perspectiva é ampliar as formas de subsistência, aprendendo a observar o que poderia ser potencializado com a matéria prima existente em cada comunidade. Hoje, as mulheres e famílias estão colhendo os frutos desta formação, quando a diretoria do assentamento está em sua maioria constituída de

mulheres que acreditam em sua força feminina, buscando fortalecer a comunidade e a união das famílias.

Figura 19: Momentos de capacitação com a participação de lideranças feminina do Frei Vantuy





Fonte:Relatório Fundo Mundial para a Natureza (WWF/Brasil), com recursos do WWF/Suíça(2004). Dados: material cedido pela diretoria do Assentamento.

Os temas discutidos sobre o assentamento Frey Vantuy foram: Mata, beira do rio, reserva, esgoto, fossa, separar o lixo, preservar o meio ambiente, feliz ao ir para roça; Amar a natureza; Se sente feliz no seu ambiente. Ainda hoje passados dez anos desta formação, a inserção e ação das mulheres no assentamento é visível, a coragem e a vontade de participar e promover o desenvolvimento coletivo tem sido percebido nas suas falas e ações coletivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O TECER DA TEIA



Assentamento Frei Vantuy (2014)

Este capítulo retrata a caminhada que agora se inicia, pois quando termina uma pesquisa, emerge, aí, um novo saber, misturado a outras tantas novas aprendizagens construídas na trajetória da investigação, em que assentados e pesquisadora, podem, juntos, desenvolver processos educativos mais solidários e emancipatórios.

O educador popular defronta-se com diferentes modalidades de poder que existem tanto sobre, quanto nas suas práticas de ação [...]. Recriar junto com os grupos populares um novo saber, onde o lugar da pesquisa ajude a criar a possibilidade de uma nova ciência. Isso desafia a repensar a "produção, do controle e da circulação e do destino dos usos do seu próprio saber, isto é, o do cientista militante a quem toca subverter, entre outros, o sentido da ciência" (BRANDÃO, 2002).

Corroboro com Brandão (2002) ao afirmar que o pesquisador em sua ação muda suas práticas, envolve-se com a ação posterior, sonha com uma educação mais solidária e real, feita com as pessoas e não para as pessoas, constrói outras militâncias: simples, sinceras e fecundas, em prol da verdadeira educação, que se faz na comunhão entre as pessoas.

Uma pesquisa traz ao pesquisador uma gama de informações e experiências que fazem da caminhada uma oportunidade de amadurecimento teórico, metodológico, político e crítico.

Este processo vivenciado abriu um leque de percepções: hoje observo, com mais atenção e reflexividade, a questão da Reforma Agrária na Região cacaueira, as condições dos assentamentos em Ilhéus. O ganho real da pesquisa não está apenas na sua análise, mas nas possibilidades que emergem no sentido de mudança, na forma como a educação pode ser reconfigurada no Assentamento Frei Vantuy.

Acredito que todas as entrevistas e as conversas com os assentados trouxeram-me aprendizagens, trocas de experiências e saberes que foram se multiplicando, no aspecto de compreender e interpretar a educação neste contexto local, com os moradores e os estudantes, parceiros de diálogos acadêmicos, redimensionando as possíveis ações educacionais com os sujeitos do campo.

Retomo aqui o problema desta pesquisa, para refletir sobre as respostas encontradas neste percurso: como se desenvolve o processo educativo no contexto do assentamento Frei Vantuy e de que maneira estes processos se materializam no modo de vida no campo?

O processo educativo se materializou desde o início da ocupação da fazenda Bom Gosto III, com a própria mobilização coletiva, quando os trabalhadores se reuniram em solidariedade para formar um grupo a favor da reforma agrária, em uma região com forte exploração de trabalhadores rurais e resistência ao projeto de assentamento.

Quanto ao processo educativo na/da organização para a sobrevivência, os assentados do Frey Vantuy buscavam participar de ações promovidas por entidades ou movimentos sociais, na região cacaueira, em prol da organização no assentamento no intuito de promover a subsistência coletiva e diversificada, reconsiderando o modo agrário de monocultura recorrente da região. A participação em oficinas; capacitações continuadas, projetos voltados para a elaboração e implementação acerca do manejo com a terra, visando à sustentabilidade dos trabalhadores rurais, direcionadas à agroecologia e o cuidado com a terra, a fauna e a flora, são alguns exemplos.

Portanto, o este estudo deste caso revelou que mesmo este assentamento não estando diretamente representado por um Movimento Social, como referência do Assentamento, os seus sujeitos construíram, ao longo de sua caminhada, nestes quinze anos de consolidação, um movimento que se tornou constituinte durante o processo educativo vivenciado e as aprendizagens contínuas. Isso possibilitou um agir coletivo com mais autonomia, consciência e desenvolvimento sustentável.

A comunidade não se autodenomina como um Movimento social, no entanto, tem atitudes coletivas que demonstram uma organização de um movimento social, quando lutam e se mobilizam por ações solidárias que determinam uma nova perspectiva societária para todos no assentamento.

A Formação Política foi e ainda é um processo educativo: na reforma agrária no assentamento; no aspecto de gestão, da coletividade, durante a caminhada de quinze anos a Comissão Pastoral da Terra, INCRA, COOPASB, WWF, MLT, PUC, diversas instituições: Universidades, Câmaras, Fóruns de diálogos e Movimentos Sociais da região, entre outros, sujeitos e coletivos que construíram juntos: resistência, resiliência e possibilidades de transformação da realidade.

A reunião dos associados é um exemplo desta iniciativa, pois o espaço é democrático, dinâmico e de grandes decisões coletivas: reafirma o coletivo no Assentamento, produz conhecimento em suas relações cotidianas e vai constituindo sua independência sociopolítica, econômica, ambiental e humana, mesmo com os erros e acertos.

A escola no assentamento está em processo educativo de organização, há uma preocupação dos assentados com o funcionamento, mas não tem relação dos conteúdos/conhecimentos no aspecto pedagógico, relacionada aos processos educativos vivenciados por eles com a escola. A realidade da educação em áreas de assentamento é muito precária em sua maioria, e, mesmo a comunidade solicitando junto ao poder público local mais atenção com a escola e sua qualidade, ainda é necessário mais empenho e mobilização por parte dos

assentados. Sugiro a comunidade que não só mobilize a Universidade, outros movimentos sociais da região, o Conselho Educacional, mas que acredite no potencial formador das ações instituídas no assentamento.

A organização feminina no assentamento demonstrou ter muitos avanços nos processos educativos de grandes aprendizagens e protagonismo, apesar de ainda persistirem algumas opiniões e posicionamentos machistas de uma minoria. As mulheres provem o sustento de suas famílias e também de uma organização familiar e mobilizadora em prol da comunidade, como ações voltadas para encaminhar os assentados na busca de seus direitos, seja na secretaria de serviço social, no cadastramento, documentação relacionada a auxílios diversos em programas de governo e benefício de direito como o credito mulher, e direcionamento para o gasto deste recurso.

Os conflitos por terra, gestão ou religiosos, também tem sido um processo educativo no assentamento, mesmo que, muitas vezes, imperceptível por muitos assentados. Estes geraram uma retomada das ações, visualizo nas comissões formadas em assembleia, para o cuidado com o espaço físico, a exemplo do mutirão para medição da terra, demarcação das divisas do assentamento, organização das vias de entrada no assentamento, mesmo o processo educativo sendo lento é perceptível na reunião da assembleia da associação o acolhimento da nova diretoria dos grupos contrários as decisões da nova diretoria

Embora os assentados não tenham como referência um movimento social específico, com o decorrer do tempo, foram estabelecendo diálogos a partir das muitas aprendizagens na trajetória da conquista pela terra; nas reuniões da associação: espaço fecundo de diálogo, de conflito e encaminhamentos no assentamento, que tem gerado amadurecimento e reflexões sobre novas formas de resolver as problemáticas que surgem no dia a dia. Neste sentido, o assentamento foi se constituindo movimento de luta e de resistência pela reforma agrária.

A caminhada na pesquisa não foi fácil, houve momentos de recuos, de chuvas recorrentes que impediam as visitas; momentos de conflitos internos que me fizeram perceber que uma comunidade tem o seu 'quintal', seu espaço de privacidade, que precisa ser respeitado; principalmente nos momentos de discussões coletivas dos assentados. Nisto também há um processo educativo: o de compreender o momento de entrada e de saída da comunidade e sua dinâmica cotidiana, de tempo de colheita das rolas, de trabalhos em suas residências, do descanso e do lazer, domingo na comunidade, as conversas informais, os almoços coletivos entre vizinhos e seus familiares.

Utilizarei o sentido figurativo da teia de uma aranha para representar o processo educativo no assentamento Frei Vantuy percebido e interpretado por mim, durante período de

observação, vivências e grandes aprendizagens nesta comunidade. Recorrerei a Rubem Alves (2005) que utiliza metáforas como em seu Livro *Educação dos Sentidos e mais...*

A teia do processo educativo se fia a partir da construção da aprendizagem individual; o fio do saber contido em cada assentado (a) vai tecendo e se fortalecendo a partir de suas vivências individuais somadas às aprendizagens da caminhada, amadurecida com as relações cotidianas, na dureza da vida, na labuta da roça, junto com a necessidade de aprender e de resistir, para ter sua subsistência e lutar por aquilo que acredita. Nestes momentos, o seu fio vai se tornando tenaz, e, ao mesmo, tempo flexivo, pois precisa se juntar a outros fios durante a caminhada, fios estes que trazem consigo, também, outras histórias, ideias, incertezas, ou certezas, muitas necessidades e conquistas também.

Também se juntam aí as crianças e os jovens assentados nos pequenos fios, para formar o coletivo: "a trama da teia", peça que vai sendo cingida na tessitura social, nas relações com o outro, ora no conflito, nos momentos de reivindicação, entre as discórdias e resistências, ora unidas em dois fios, para as mobilizações sociais, momento de ir para o embate, buscar os direitos individuais ou coletivos: um fio só não tem força, é preciso muitos fios nesta empreitada.

Aos poucos a teia vai sendo tecida em um fio maior, e outro menor, um pequeno alinhava aos outros dois, são os sujeitos assentados que entram na teia social, ainda no início das aprendizagens com a terra, com a luta, mas também com maestria no tecer, pois os sujeitos têm um sonho: possuir a terra, também como os outros, este pequeno fio sabe que sozinho não alcançará seu sonho, é preciso tecer muito e juntar-se aos outros para construir, na coletividade, o tecido social da teia do processo educativo.

Nesta trama da teia, tecem: homens; mulheres, idosos; adolescentes e crianças, são incansáveis, na sua lida de tecer, brigam muito pela vida, e descobrem que podem ter uma saída, algo que caia na rede da trama tecida dos fios, tecerem juntos se socializarem, para que a trama dos fios fortaleça e não se parta ao meio, com qualquer ventania. Cada fio traz valores, tradições, culturas, diferentes maneiras de dá o nó, no tecido do fio, conforme suas experiências vivenciadas.

Surgem assim algumas amarras macias, outras mais duras, resultado das angústias sentidas nas andanças no contexto social, mas na hora do nó coletivo o ajuste é certeiro, não há tempo para as questões individuais: é preciso força coletiva, todos se juntam num só objetivo: formar a teia, para juntos conquistarem a sobrevivência diária dependendo das demandas reais de todos.

Assim, o tecido deste processo educativo tem desenhos inimagináveis, pois foi tecido por muitas mãos calejadas, grossas, miudinhas, fortes, brancas, morenas, negras e todas elas muito sábias estabelecidas nos processos educativos no Assentamento, não param porque são construídos no labor diário dos sujeitos e das ações cotidianas.

Entretanto, para os assentados, na tessitura coletiva: a teia da vida é fiada continuadamente, todos os dias, a teia não fica pronta e interrompe o fiar; outros mais jovens iniciam a tessitura para que a teia não se desmanche e os mais velhos ensinam então a sabedoria do tecer, misturado com memória, aprendizagens que cada um trouxe de si e da vida na roça, no calor do sol, nos pingos da chuva, com os cheiros da terra molhada, com a florada do cacau, e as águas de março, nos temporais mornos e fortes da região cacaueira.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, p. 28-49, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez: **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo.** vol. 4. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

ALVES, Rubem. Educação dos sentidos e mais... Campinas. São Paulo: Versus Editora, 2005.

ANDRÉ, Marli E. D. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA:** Educação e Contemporaneidade Educação e pesquisa - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013

BRASIL, **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, **SINASE- Sistema Nacional de Atendimento socieducativo**: PLC - PROJETO DE LEI DA CÂMARA, N° 134 de 2009.

BONETI, Lindomar Wesler. Educação e Movimentos Sociais Hoje. In: **Educação e movimentos sociais**: novos olhares/ Maria de Lourdes Pinto de Almeida, EdineideJezine, Organizadoras. Campinas SP: Editora Alínea, 2007.

BONDÍA, Jorge Larossa. Nota sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2002, n° 19.

BRASIL: Ministério do desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://sit.mda.gov.br, acesso em 09/02/2014.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS. Litoral Sul Bahia. 2010, 134p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde Conscientização e educação.** FIORI,Ernani Maria./ Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus**. 3 ed.- Ilhéus BA: Editus fundação Cultural de Ilhéus, 2004. 163 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo In: **REVISTA SOCIEDADE E CULTURA,** V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 11-27.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. P.; NORDER, Luiz Antônio Cabelo. Assentamentos e Assentados no Estado de S,,o Paulo: dos primeiros debates as atuais reflexões. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** - ABRA. Volume 33 - Nº 2 • AGO / DEZ. 2006.

CECÍLIO, M. A.: BRANDÃO, E.C. (orgs.) **Educação: campo e cidade – territórios do saber**In:. BRANDÃO, E. C. Educação do Campo: pedagogia da sobrevivência. Editora de Maringá: PR: Massoni, 2006.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Resiliência**. **Pedagogia da presença**. São Paulo: Modus Faciendi, Belo Horizonte .1995

CALDART, Roseli Salete. **A Escola do Campo em Movimento.** In: MOLINA, Mônica Castagna (Orgs) **Por uma Educação Básica do Campo** – vol.4. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

CALDART, Salete Roseli. **Sobre Educação do Campo**. p. 67- 86.Por uma educação do campo: **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação** / organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. -- Brasília: Incra; MDA, 2008. 109 p.; 19cm -- (NEAD Especial; 10)

Dicionário da Educação do Campo. /Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.2013

Enciclopédia Agrícola Brasileira ESALQ. Humberto de Campos. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo.1995. Disponível em: Enciclopédia agrícola brasileira: A-B https://books.google.com.br/books?isbn=8531401291.

EBDA Diagnóstico Rural das Unidades Produtivas e Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Território Litoral Sul. Governo da Bahia. Disponível em: http://www.ebda.ba.gov.br/pactofederativo/index.php?id=territorio-litoral-sul,03/05/2014, ás 16:51.

FERNANDES, Bernardo Maçano. IN: Por uma educação do campo: Educação do Campo: campo- políticas públicas — educação / organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. -- Brasília: Incra; MDA, 2008. 109 p.; 19cm -- (NEAD Especia; 10).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 47ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005, 191 p.

Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Coleção Leitura.

Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire (trad. Katia de Mello e Silva).3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980, 101 p.

_____. Educação como prática da liberdade. 23a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOHN, Maria da Glória, **Educação formal e não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais-São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões de nossa época: vol 1).

Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação.v.16 n.47 maio-ago. 2011, p. 1-31.

Movimentos sociais e educação .7ª edição- São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Questões da Nossa Época; v 5) GIDDENS, Anthony As consequências da Modernidade / Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. -(Biblioteca básica). GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA-GAMBÁ. **PLANO** MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DE ILHÉUS – BAHIA. ILHÉUS, 2012. **INCRA** disponível em http://www.incra.gov.br/index.php/acesso-a- informação/institucional/74-acesso-a-informação/ai-institucional/12084-competencias, acesso em 20/05/2014, ás 17:08 LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D.A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, 1996. MARCIS, Teresinha. Viagem ao Engenho de Santana / Teresinha Marcis. - Ilhéus: Editus, 2000. NASCIMENTO, Antônio Dias HETKOWSKI Tânia Maria (organização). Educação e Contemporaneidade: Pesquisas Científicas e Tecnológicas, Salvador: EDUFBA, 2009. 400 p. Organizais não-governamentais: sujeito simples ou sujeito composto? Reflexões sobre práticas comunicacionais e educacionais nas ONGS. In: NASCIMENTO, A. D.; FIALHO, N. H.; HETKOVISKI, T. M. Desenvolvimento sustentável, e tecnologias da informação e da comunicação. Salvador: EDUFBA. 2007. p. 227-242. Educação do Campo e Contemporaneidade. IN:NASCIMENTO Antônio Dias. Educação do Campo: da triste partida à volta da asa branca CHAVES, Rosana Mara Rodrigues, SODRÉ, Maria Dorath Bento. Salvador: EDUFBA,2013.346 p.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os Movimentos Sociais. Lua Nova- São Paulo – junho 1989. Nº 17, **Revista de Cultura e Política**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, J. .M.etal. **Melhoria da Qualidade de Cacau**. Ilhéus. CEPLAC/CENEX. 45p. 2012.

RELATÓRIO: PROJETO: **REFORMA AGRÁRIA ECOLÓGICA NA REGIÃO CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA** :O PROJETO JUPARÁ DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. RELATÓRIO ESTE ESCRITO EM 2003 E PUBLICADO EM 2008, POR ROBERT BUSCHBACHER (2008).

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação / Lurdes Bertol Rocha. – Ilhéus: Editus, 2008. 255 p.

WWF- BRASIL – Caminhos e aprendizagens: educação ambiental, conservação e desenvolvimento/ Coordenação; Irineu Tamaio e Denise Carreira) Brasilia; WWF Brasil, 2000. 92 p.

Ilhéus Origem: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilh%C3%A9us acesso em 08/02/2014 as 13:34

WWF-Brasil: **Princípios institucionais**. Disponível em: http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/organizacao/ acesso em 18/03/2015, as 15:30.

Comissão pastoral do Nordeste II. Disponível em : <u>www.cptne2.org.br/index.php/quemsomos/historico-da-cpt-nordeste.html</u>, acesso em 03/05/2014, ás 16:13.

Diagnóstico Rural das Unidades Produtivas e Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Território Litoral Sul. Governo da Bahia EBDA. Disponível em: http://www.ebda.ba.gov.br/pactofederativo/index.php?id=territorio-litoral-sul,03/05/2014, ás 16:51.

LEMOS, Martins Reinaldo. **Manguezais de Ilhéus: o destino e virar bairro: Revista Virtual Partes.** Ano V,2007. Disponível em http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Paginas/IICA.aspx,:acesso em ,03/05/2014, ás 16:53.

ANEXO

ANEXO 1

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA NO ASSENTAMENTO FREI VANTUY

- 1-Nome e idade?
- 2. Por que o assentamento é denominado Frey Vantuy?
- 2-Em que ano o assentamentofoi implantado?
- 3- Conte-me a história da ocupação da Terra?
- 4- Quem foi o antigo dono da Fazenda antes de ser assentamento Frei Vantuy?
- 5- Quem foi Frei Vantuy?
- 6 Quantas pessoas iniciaram como assentados e hoje quantos tem?
- 7- Os assentados cadastrados que iniciaram tinham contato com a terra?O que faziam antes de vir para o assentamento?
- 8- Qual o critério para entrada das pessoas no assentamento?
- 9– Qual o plantio no início do assentamento?
- 10- Qual o movimento social esteve presente noinício do assentamento?
- 11- Tem área coletiva?
- 14- Como acontece a reunião aqui?
- 15- O que se discute hoje na assembleia?
- 16- Como vocês se organizaram para a implantação do assentamento?
- 17- Qual são os projetos que estão acontecendo aqui no assentamento?

ANEXO 2



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC/CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE PPGEduC

AUTORIZAÇÃO

Eu	portador (a) da
cédula de identidade nº	, autorizo a
Mestranda Cristiane Andrade Fernandes gravar em	vídeo e veicular minha imagem e
depoimento em qualquer meio de comunicação para	a fins didáticos, de pesquisa e divulgação
de conhecimento científico sem quaisquer ônus e restrições.	
Fica ainda autorizada , de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de	
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.	
1	llhánc
,	Ilhéus,

Anexo 3 Informações sobre o Assentamento

Imóvel : PA Frei Vantuy

Município: Comarca de Ilhéus

Estado :Bahia Capacidade : 47 Junho de 2011

Reserva Legal: 01 Área: 27.697,0, hares

Reserva Legal: 02

Área: 34.975 hares 4 centiares

Reserva Legal: 03 Área: 35.857,0 hectares

Estrada Vicinal: 7,4320 hectares Estrada projetada:8.0814 hectares

Área dos lotes: 334.3856

Área coletiva: 34.4201 hectares

Agrovila: 5.474,8 ha Reserva Legal: 98.529,4 há Área total : 488.323,3 Perímetro: 16.708.43 m

Ministério do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria Superintendência Regional da Bahia

Certificamos que a poligonal objeto deste memorial descritivo, 1 planta não se sobrepõe, nesta data, a nenhuma a outra poligonal constante de nosso cadastro georreferenciado e que sua efetuada em atendimento as especificações técnicas estabelecidas na norma desta técnica Para georreferenciamento de imóveis rurais, aprovado pelo Incra através da portaria INCRA/P/N 1.101/03.

108

Anexo 4 Ata de emissão do Assentamento

Emissão de posse: 24/01/2000

Aos dois dias do mês de julho de hum mil novecentos e noventa e nove reuniram em assembleia um considerado número de trabalhadores rurais sem-terra com a finalidade de fundarem a Associação Agrícola da Fazenda Bom Gosto III. A supra citada. Assembleia da fundação aconteceu na área d fazenda Bom Gosto III, situada na rodovia Itabuna Km 10, com os seguintes pontos de pauta: Aprovação de Estatuto Social da Associação, eleição e posse da primeira diretoria. Foi aberta a assembleia pelo companheiro M. coordenador da comissão próassociação o qual imediatamente sugeriu aos demais companheiros que elegessem uma mesa condutora dos trabalhos. Sendo assim foi apresentada uma proposta de mesa composta de um coordenador, uma secretaria, dois tesoureiros, e cinco companheiros no conselho fiscal, pelo consenso foram eleitos os companheiros: Presidente M. secretaria: L: primeiro tesoureiro; V., segundo tesoureiro; O., e conselhos fiscais; N.:D.; H.; F., D. Após a eleição da mesa condutora dos trabalhos, foi feito um relato pelo companheiro, M., acerca dos objetivos da Associação e sua importância na organização e representação política dos trabalhadores da Fazenda Bom Gosto III, os quais são: Ocupação imediata da fazenda pelos associados para que haja maior

Passou a leitura do mesmo, não se levantou nenhum destaque, não tendo mais nada a acrescentar, foi dada como encerrada a assembleia, que eu L., secretaria e lavrei a presente ata. Consta no livro de ata 50 assinaturas.

desenvolvimento do trabalho em grupo, União de todos para que sejam alcançados os objetivos

12/07/1999

da associação. Terminado o relato